



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CRISTINA AGLA CARDOSO MATIAS

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS
CULTURAIS: as comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de
Catalão(GO)**

CATALÃO (GO)

2014

CRISTINA AGLA CARDOSO MATIAS

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS
CULTURAIS: as comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de
Catalão(GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Prof^ª. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes

CATALÃO (GO)

2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
(GPT/BSCAC/UFG)**

M433e

Matias, Cristina Agla Cardoso.

Estratégias de produção social e práticas culturais [manuscrito]: as comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de Catalão (GO) / Cristina Agla Cardoso Matias. - 2014. xi, 105 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Estevane de Paula Pontes Mendes.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Departamento de Geografia, 2014.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas.

Apêndices.

1. Agricultura familiar. 2. Modernização da agricultura. 3. Identidade territorial. 4. Comunidade Anta Gorda. 5. Comunidade Olhos D'água. 6. Catalão (GO). I. Título.

CDU: 631.152(817.3)

TERMO DE APROVAÇÃO

CRISTINA AGLA CARDOSO MATIAS

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS CULTURAIS: as comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de Catalão(GO)

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes – Orientadora (UFG/CAC)

Prof. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa – UFG/CAC
Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti - UFU
Examinador

Catalão (GO), 11 de abril 2014

Resultado: _____

*Em memoriam ao meu pai João Batista Matias, avôs Carlindo
Cardoso Filho, Gerciano Matias Pires e avó Maria Antônia Freire*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à Professora Doutora Estevane de Paula Pontes Mendes, da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, pela paciência, dedicação e orientação, amizade e incentivo;

Ao Núcleo de Estudos de Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq). Por oferecer equipamentos e livros indispensáveis para a realização da pesquisa. Em especial aos Coordenadores Prof. Dr. Idelvone Mendes Ferreira e Prof^a. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes;

A todos os integrantes do NEPSA, por compartilhar bons e divertidos momentos, além de ricas experiências de trabalho e discussão;

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia CAC/UFG;

Ao Departamento de Geografia CAC/UFG;

Aos professores da Banca Examinadora de Defesa de Dissertação: Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti, Prof^a. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa, pelas sugestões e dedicação desde a qualificação;

Aos funcionários da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, em especial os funcionários da Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

À Fundação de Apoio a Pesquisa (FUNAPE/UFG);

A Agente Comunitária de Saúde Elismar Aparecida Candido da Silva, pelas informações acerca das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água, município de Catalão (GO);

Aos produtores rurais das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água, que me receberam e responderam aos roteiros de entrevista;

À minha família pelo apoio em todas as horas, em especial a minha mãe Ana Cardoso Filha Matias, em memória ao meu pai João Batista Matias, à minha irmã Gisele Aparecida Cardoso Matias, e ao meu irmão Rafael Antônio Cardoso Matias, que não mediram esforços para que eu conseguisse essa vitória;

Aos colegas de mestrado, por dividir momentos de alegrias, tristezas, que se tornaram amigos especiais;

Aos amigos que fiz na graduação em Geografia, pois mesmo a distancia me apoiaram nos momentos difíceis;

A Deus, por sempre me conduzir e, fortalecer nas horas difíceis, sendo o sentido de tudo em minha vida;

Finalmente, expresso meus sinceros agradecimentos a todos que me apoiaram durante essa jornada, contribuindo de diversas formas para a elaboração e conclusão deste estudo.

RESUMO

Os estudos sobre agricultura familiar no Brasil ganharam espaço a partir da década de 1990. Isso por causa de fatores no campo político, condicionado aos embates dos movimentos sociais e a criação do PRONAF, além de alguns trabalhos acadêmicos. A agricultura familiar é entendida como segmento em que a propriedade e o trabalho estão ligados à família, onde esses possuem aspectos culturais próprios atravessados de geração em geração, formando suas identidades territoriais. Nesse sentido, os agricultores familiares, estes tem ainda, uma identidade territorial aperfeiçoada pelas bases materiais, objetivas e imateriais, subjetivas constituída, a partir das relações estabelecidas com o território e com a cultura através dos valores, tradições, crenças e costumes. Assim, propõe-se compreender a inserção da agricultura familiar na sociedade moderna, com ênfase nos aspectos econômicos e socioculturais (religiosidade, laços afetivos e culturais) das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de Catalão (GO). Para a realização foi feita a pesquisa teórica sobre a temática. A pesquisa empírica foi realizada nas comunidades: a) Anta Gorda, sendo aplicados um total de 9 roteiros de entrevista com os produtores rurais; b) comunidade Olhos D'água, sendo aplicados 13 roteiros de entrevista com os produtores. Foram realizadas, ainda, observações nos eventos socioculturais nas comunidades (terços, festas religiosas). A identidade dos agricultores familiares das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água é constituída a partir das bases materiais e imateriais. Em ambas as comunidades observou-se o envelhecimento da população ocasionado pela migração dos jovens para a cidade em busca de estudo e emprego e, também, pelo fato da queda na taxa de fecundidade. Com isso, esses fatores podem comprometer a sucessão hereditária das propriedades. Os agricultores lançam mão de várias estratégias para se reproduzirem como a diversidade produtiva.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Modernização da agricultura. Identidade territorial. Comunidade Anta Gorda e Olhos D'água, Catalão (GO).

ABSTRACT

Studies of family farming in Brazil won place from the 1990s. This is because of factors in the political field, conditioning the onslaught of social movements and creating the PRONAF, plus some academic papers. Family agriculture is a segment in which property and work are linked to the family, they have their own cultural aspects passed on from generation to generation, forming the territorial identities them In this sense, family farmers have perfected a territorial identity for the material, immaterial and objective basis, made up from the relationships established with the territory and culture through the values, traditions, beliefs and customs. Thus, we propose to understand the inclusion of family agriculture in modern society, emphasizing the economic and socio-cultural aspects (religious, cultural and emotional ties) communities Anta Gorda and Olhos D'água in the Catalão city. For the article was taken theoretical research on the subject. The practice survey was conducted in communities: a) Anta Gorda, where we apply a total of 9 scripts of interviews with farmers, b) community Olhos D'Água, where we apply 13 interview scripts with producers. We even made comments in social and cultural events in communities (rosaries, religious festivals). The Anta Gorda and Olhos D'água family farmers identity is part of a historical process construction. In both communities observe the aging population because of migration of young people to the city in search of education, employment, and because of the fall in fertility rate. Thus, these factors may compromise the hereditary succession of properties. Farmers have various strategies to reproduce as productive diversity.

Keywords: Family agriculture. Agricultural modernization. Territorial identity. Community Anta Gorda and Olhos D'água, Catalão (GO).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Localização das Comunidades Anta Gorda/Olhos D'água no município de Catalão (GO) – 2013.....	16
Foto 1	Centro comunitário da comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): a) procissão em homenagem a São Sebastião – 2010. b) Centro comunitário reformado – 2014.....	18
Foto 2	Comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): a) Centro comunitário desativado. b) Gruta de São Sebastião, ao lado do Centro comunitário – 2010	19
Quadro 1	Características da agricultura familiar.....	27
Foto 3	Comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): família atingida pela barragem - 2007.....	50
Foto 4	Comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): propriedade atingida pela barragem – 2007	51
Foto 5	Comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): antiga sede, do Sr. J. P. da Fonseca – 2010	59
Gráfico 1	Comunidades Anta Gorda e Olhos D'água, Catalão(GO): distribuição em % do animais criados pelos proprietários - 2013/2014.....	65
Foto 6	Comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): a) rebanho de bovinos. b) equino- 2014.....	66
Foto 7	Comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): a) criação de suínos. b) criação de galináceos e outras aves – 2013.....	66
Gráfico 2	Anta Gorda e Olhos D'água, Catalão (GO): distribuição por cabeças de bovinos - 2013/2014.....	67
Foto 8	Comunidade Anta Gorda, Catalão (GO):a) produtor fazendo a ordenha do leite. b) produção de queijo.....	68
Foto 9	Propriedade da Comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): morador colocando soro aos suínos (porcos) – 2010	69
Tabela 1	Produção de frutíferas em %: comunidades Anta Gorda e Olhos D'água, Catalão (GO) – 2013/2014.....	70
Gráfico 3	Comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): população do sexo masculino e feminino, em % - 2014	73
Gráfico 4	Comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): população do sexo masculino e feminino, em % - 2013	73
Gráfico 5	Comunidade Anta Gorda, Catalão (GO):idade média dos homens e mulheres – 2014	74
Gráfico 6	Comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): idade média dos homens e mulheres - 2013.....	74
Foto 10	Comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2014; a) construção de casa referente ao ano 200. b) construção de casa referente ao ano de 2012.....	75

Foto 11	Comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): a) construção de casa, reformada em 2013. b) construção de casa mais antiga – 2013.....	76
Gráfico 7	Comunidades Anta Gorda e Olhos D'água, Catalão (GO): relação de utensílios domésticos em % - 2013/2014.....	78
Foto 12	Comunidades Anta Gorda e Olhos D'água, Catalão (GO): fogões a lenha das residências, fabricados em vários modelos – 2013/2014.....	79
Foto 13	Comunidade Anta Gorda, Catalão (GO):a) implementos agrícolas - 2014. b) Comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): carroça - 2013.....	80
Gráfico 8	Comunidades Anta Gorda e Olhos D'água, Catalão (GO): relação do grau de escolaridade dos moradores - 2013/2014.....	81
Foto 14	Comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): a) moradores da Anta Gorda e Olhos D'água rezando o terço cantado. b) moradores da Anta Gorda e Olhos D'água saindo em procissão – 2010	86
Foto 15	Comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): a) morador da Anta Gorda passando a reza (ramo) para morador de Olhos D'água. b) moradores da Anta Gorda e Olhos D'água degustando as quitandas – 2010	87

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	AS COMUNIDADES ANTA GORDA E OLHOS D'ÁGUA: o <i>locus</i> da pesquisa	15
2.1	A construção do caminho metodológico da pesquisa	21
2.1.1	Pesquisa teórica	22
2.1.2	Pesquisa documental	23
2.1.3	Pesquisa de Campo	24
3	PRODUÇÃO FAMILIAR: terra, trabalho e família	27
3.1	Agricultura familiar: considerações teórico-metodológicas	27
3.2	O processo de modernização da agricultura: município de Catalão (GO)	35
4	TERRITÓRIO E IDENTIDADE TERRITORIAL E CULTURAL: reflexões para entender as Comunidades Anta Gorda e Olhos D'Água	41
4.1	Reflexões sobre a categoria território e identidade territorial	41
4.2	O significado de território e identidade territorial para as comunidades Anta Gorda e Olhos D'Água	47
4.3	Cultura e identidade cultural nas comunidades Anta Gorda e Olhos D'Água	52
5	AS COMUNIDADES DE ANTA GORDA E OLHOS D'ÁGUA: resistência frente às transformações	58
5.1	História e memória: depoimento de moradores e ex-moradores	58
5.2	O conceito de comunidade: uma discussão para compreender a reprodução da agricultura familiar	62
5.3	A vida econômica nas Comunidades Anta Gorda e Olhos D'Água	64
5.4	A dimensão sociocultural: religiosidade, laços afetivos e culturais	83
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICES	99
	APÊNDICE A - termo de consentimento livre e esclarecido	100
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com os produtores das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de catalão (GO)	103

1 INTRODUÇÃO

O segmento da agricultura familiar tem como característica a família, ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Esses agricultores têm uma identidade territorial, constituída em bases materiais, objetivas e imateriais, subjetivas, formada nas relações estabelecidas com o território e a cultura através dos valores, tradições, crenças e costumes.

O aumento das discussões sobre a agricultura familiar no Brasil foi a partir da década de 1990, destacando os problemas relacionados à grande concentração fundiária nas regiões brasileiras, o modelo de organização sociopolítica e econômica, fortalecida por segmentos governamentais comprometidos com os interesses dos grandes proprietários.

A importância do estudo deve-se ao fato de que a agricultura familiar no Brasil possui diversidades e diferenciações regionais. Por isso é relevante os estudos e as análises de regiões específicas, compreendendo a organização e reprodução desse segmento. Esses agricultores familiares possuem uma cultura e uma identidade territorial singular, baseados em valores, tradições, religiosidade, festividade, vizinhança e parentesco. A presente pesquisa salienta que a agricultura familiar goiana não deve ser analisada de forma homogênea, ela não apenas faz parte de uma totalidade multifacetada, complexa, mas contém em si própria diversidade.

Para garantir sua sobrevivência, os produtores familiares passam por transformações quanto à sua estrutura social econômica e cultural. Permanece no campo mantem uma relação de pertencimento a terra, os laços de vizinhança e parentesco, estreitando laços e vínculos entre os moradores. Assim, este trabalho consiste em compreender a inserção da agricultura familiar na sociedade moderna, com ênfase nos aspectos econômicos e socioculturais (religiosidade, laços afetivos e culturais) das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de Catalão (GO).

A escolha pelo estudo das duas comunidades se deu pelo fato dos moradores de ambas apresentarem uma relação de amizade e parentesco entre si, rompendo com os limites territoriais que separam as mesmas, tornando-se praticamente uma só. Além disso, após a construção da barragem Serra do Facão¹ (Sefac), a qual atingiu ambas, sendo que a

¹ A usina hidrelétrica Serra do Facão está localizada no rio São Marcos entre os municípios de Catalão e Davinópolis no Estado de Goiás. A formação do lago atinge também os municípios goianos de Campo Alegre de Goiás, Cristalina, Ipameri, e o município de Paracatu, em Minas Gerais.

comunidade Anta Gorda foi a mais atingida por se formar à margem esquerda do rio São Marcos. Assim as rezas de terço dessa comunidade foram transferidas para o Centro Comunitário de Olhos D'água, estreitando os laços de vizinhança entre ambas.

O interesse pessoal pela temática se deu por ter pesquisado sobre a mesma durante a participação no Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC/CNPq) no período de 2008/2009 e 2010, e durante o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso em 2011, intitulado “**A produção familiar nas áreas de cerrado: a comunidade Anta Gorda no município de Catalão (GO).**” E também pelo fato de ter feito parte da comunidade Anta Gorda, como sujeito atuante da realidade local durante os primeiros cinco anos de idade, mas ao me mudar não deixei de viver a realidade dessa comunidade, pois, praticamente todo o ano passava o período de férias na casa de meus avós e, sempre que possível, participava das manifestações culturais, constituindo laços de amizade.

As comunidades estudadas localizam-se à margem esquerda do rio São Marcos, distando, aproximadamente, 60km da sede do município de Catalão (GO) e o acesso a área se dá pela BR-050, sentido Catalão (GO) - Brasília (DF) até o distrito de Pires Belo, seguindo pela GO-506 para as comunidades Anta Gorda e Olhos D'água distando, aproximadamente, 50km da sede do município de Catalão (GO).

Por ser integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq/UFG), e ter participado do Projeto de “Monitoramento da Qualidade de Vida da População Remanejada pela Formação do Reservatório UHE Serra do Facão” realizado pelo mesmo, auxiliou na pesquisa de campo realizada nas comunidades em estudo.

A produção familiar faz uso de uma série de combinações produtivas agrícolas e não-agrícolas e formas de trabalho não-assalariadas, o que tem assegurado sua reprodução; e modo de vida dos produtores rurais familiares, preservando as relações de parentesco, amizade e vizinhança, que revela as formas de cooperação e de solidariedade entre parentes e vizinhos inerentes à própria construção do espaço social.

Na dissertação realizou-se a pesquisa teórica sobre: a) agricultura familiar; b) território; c) identidades territoriais; d) cultura. A pesquisa de campo foi realizada nas comunidades: Anta Gorda que apresenta 18 sedes/residências, desse total, cinco proprietários residem na área urbana, eles se deslocam para a propriedade aos finais de semana ou quinzenalmente, esses proprietários não foram entrevistados na pesquisa. Quatro proprietários não estavam na fazenda, sendo assim foram entrevistados nove proprietários. Na comunidade Olhos D'água apresenta um número total de 16 sedes/residências, sendo entrevistadas treze famílias. Assim, o número da amostragem tornou relevante à pesquisa empírica.

Na comunidade Anta Gorda, no município de Catalão (GO), a pesquisa empírica foi realizada a partir de dados de meu TCC, no qual é abordado as manifestações de valores culturais, tradições e crenças, além das principais características socioeconômicas dos produtores dessa comunidade. Também foi realizada a pesquisa empírica em 2013 e 2014, nas comunidades estudadas. Fez-se, ainda, observações nos eventos socioculturais (terços, festas religiosas) das comunidades.

A dissertação está dividida em quatro seções, além, da introdução e das considerações finais. Na seção “As comunidades Anta Gorda e Olhos D’água: o *Locus* da pesquisa” apresenta-se dados sobre o município de Catalão, das comunidades, além das trilhas da pesquisa. Na seção “Produção familiar: terra trabalho e família” discute-se sobre agricultura familiar e o processo de modernização da agricultura.

Na seção “Território e identidades territorial e cultural: reflexões para entender as comunidades Anta Gorda e Olhos D’água” aborda-se a relação do território e da cultura na constituição da identidade dos agricultores familiares, destacando os aspectos materiais/objetivos e imateriais/subjetivos.

Na seção “As comunidades Anta Gorda e Olhos D’água: resistência frente as transformações” trata-se da constituição histórica das comunidades, dos principais discussões de comunidade, dados empíricos, relações socioeconômicas, e a dimensão sociocultural (religiosidade, laços afetivos e culturais).

Os agricultores familiares têm na comunidade e na relação com a terra, não só um modo de produzir, mas também de viver com uma forte necessidade de identidade territorial e de pertencimento, criando uma valorização da particularidade, das diferenciações regionais existentes.

2 AS COMUNIDADES ANTA GORDA E OLHOS D'ÁGUA: o *locus* da pesquisa

O município de Catalão possui cerca de 32 comunidades rurais e dentre elas estão as abordadas Anta Gorda e Olhos D'água. A comunidade Anta Gorda, situa-se na margem esquerda do rio São Marcos, distando aproximadamente 60km da sede do município de Catalão (GO), o acesso também, se dá pela BR-050 e rodovia GO-506. A comunidade Olhos D'água, distancia-se aproximadamente 50km da sede do município de Catalão (GO), seu acesso é feito, pela BR-050 até o distrito de Pires Belo e seguindo pela rodovia GO-506 (Mapa 1). Essas comunidades foram parcialmente atingidas pela construção da usina hidrelétrica Sefac (Serra do Facão).

Catalão (GO), localizado na região Sudeste do Estado de Goiás, abrange uma área de 3.821, 461km² (IBGE - Censo, 2000). O município possui dois distritos², o de Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde e três povoados³: Pedra Branca, Olhos D'Água (não é o mesmo abordado na pesquisa) e Cisterna. Limita-se com o Sul/Sudeste do estado de Minas Gerais e faz parte da microrregião de Catalão da qual fazem parte também os municípios de Ipameri, Ouidor, Três Ranchos, Davinópolis, Goiandira, Cumari, Nova Aurora, Anhanguera e Corumbaba. O município é privilegiado por sua localização em um eixo dinâmico, estrutura rodoviária com acesso aos principais centros urbanos do país, se destacando a rodovia BR-050, acesso a capital Brasília e a São Paulo. O município conta também com outras rodovias estaduais e uma ferrovia, a Centro-Atlântico (FCA), utilizada para escoamento de minérios e fertilizantes a outros estados brasileiros.

Segundo censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 a população de Catalão é de 86.597 habitantes, sendo que destes 81.020 como população urbana e 5.577 foram contabilizados como população rural. A economia do município centra-se na indústria, e serviços e na agropecuária. Com relação à agropecuária ocorrem duas realidades distintas em Catalão, uma a agropecuária intensiva em que há uma produção voltada especialmente para o comércio em grande escala com destaque na monocultura para produtos como soja, milho, trigo e algodão, como destaca Matos (2005) ao discorrer sobre o chapadão do Distrito de Santo Antônio do Rio Verde. Na pecuária o destaque para gado bovino de corte. Do outro lado há uma produção em pequena escala

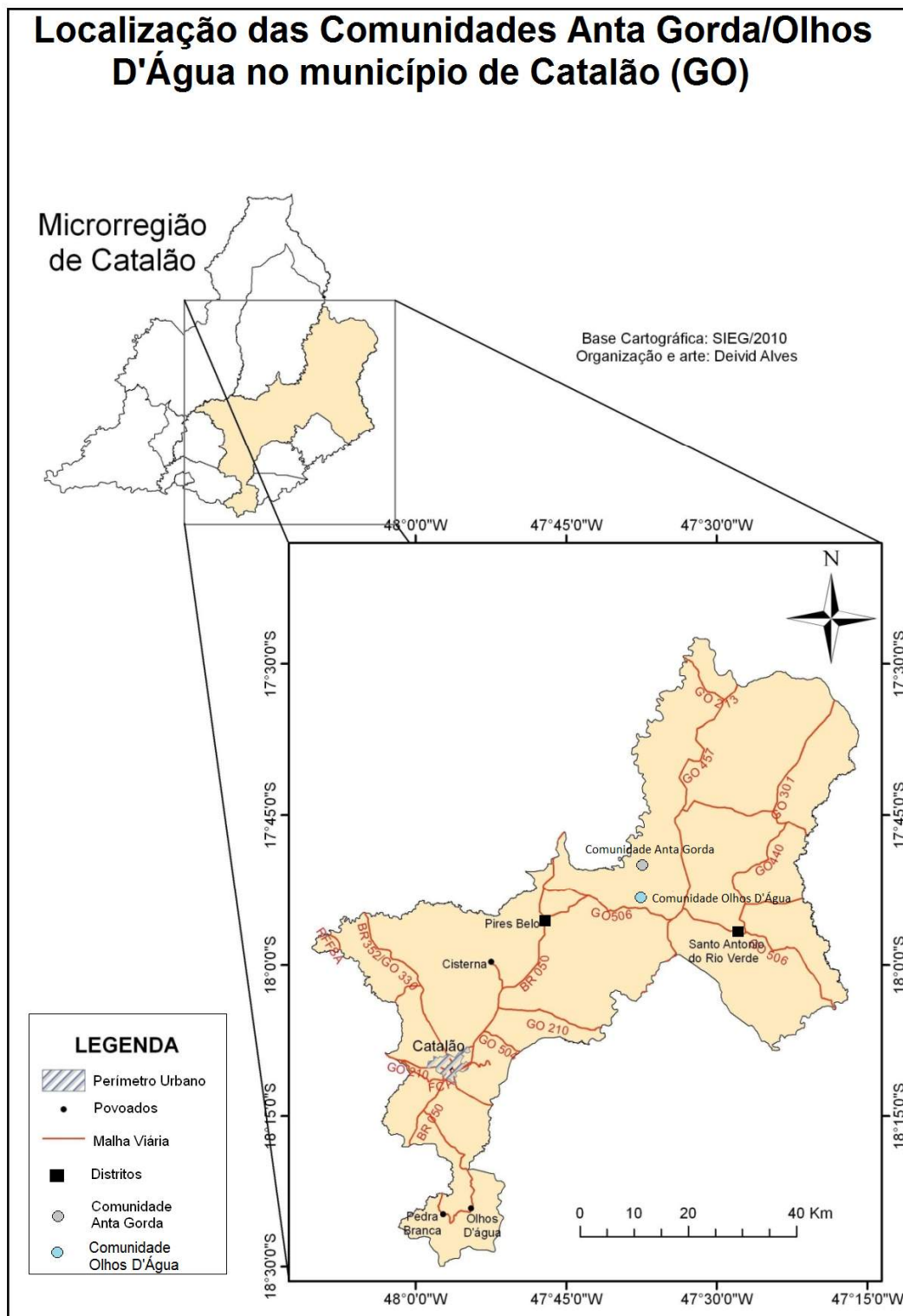
²O distrito é uma subdivisão do município, e tem como categoria a vila, possuindo características de área urbana.

³O povoado é constituído por um pequeno aglomerado de casas geralmente na zona rural.

voltada para consumo próprio dos seus produtores, com destaque para o cultivo de arroz, feijão, mandioca, milho, cana de açúcar (trato do gado), com destaque para predominância da pecuária de leite, com gado de raças mistas, onde os produtores variam em entregar o leite a laticínios ou fazer queijo e vender em feiras livres, no comércio local e vendedores informais.

A sede do município conta com um aeroporto para aviões de pequeno e médio porte. Possui empresas mineradoras instaladas na área conhecida como Chapadão a Fósforo (Grupo Vale do Rio Doce), Grupo Anglo American (Copebrás S.A.) e a Mineração Catalão Ltda (Grupo Anglo American). Tem duas montadoras, John Deere (Cameco do Brasil), montadora de colheitadeiras de algodão e cana, e a Mitsubishi Motores Corporation, montadora de veículos automotores. Para Venâncio (2008, p. 32), essas empresas contribuíram para a “dinamização das atividades socioeconômicas e aumento do arrecadamento municipal”. Apresenta duas instituições de ensino superior, o Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás (UFG/CAC) e o Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC), duas escolas profissionalizantes, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Mapa 1 - Localização das Comunidades Anta Gorda/Olhos D'água, Catalão (GO): 2013.



Fonte: SIEG/FERREIRA.

As mencionadas comunidades não possuem escolas. Os alunos se deslocam das comunidades, através do transporte oferecido pela Prefeitura Municipal de Catalão, para o

distrito de Santo Antônio do Rio Verde, que conta com uma Escola Municipal Prof.^a Maria Conceição, antes de ser ampliada em novembro de 2010 Creche Santo Antônio, até então atendia na alfabetização dos alunos passando a atender Ensino Fundamental (primeiro ciclo) e com o Colégio Estadual Gilberto Arruda Falcão que passou a ser responsável pelo Ensino Fundamental (segundo ciclo) e Ensino Médio. Os alunos saem de casa por volta das 10h-10h30min, estudam no período vespertino, com aulas que se iniciam às 11h45min. E finalizam se às 16h30min, os alunos chegam em casas por volta das 17h30min.

A Comunidade Olhos D'água possui um Centro Comunitário, onde são realizadas missas, celebrações mensais, reza do terço mensal, além da tradicional reza do terço em honra a São Sebastião que era realizada na Comunidade Anta Gorda, foi transferida para o centro comunitário de Olhos D'água, a reza e honra a São Sebastião ocorre no final de janeiro e reúne moradores de ambas comunidades (Foto 1 e 2). Esse Centro passou por uma reforma, promovida pela Paróquia São José⁴, da qual ambas as comunidades são pertencentes (Foto 4).

Foto 1- comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2010; centro comunitário. Procissão em homenagem a São Sebastião.



Fonte: Pesquisa de campo – 2012. Autora: Matias, C. A. C.

Foto 2- comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2010; centro comunitário. Reza do Terço cantado, em honra a São Sebastião.



Fonte: Pesquisa de campo – 2012. Autora: Matias, C. A. C.

A Comunidade conta ainda com um Cemitério, no qual os moradores tem a opção de enterrar os membros falecidos das famílias, no Cemitério da comunidade ou no Cemitério do Distrito de Santo Antônio do Rio Verde.

⁴A Paróquia São José foi criada em março de 2013. Essa Paróquia é responsável por Davinópolis (Matriz Ns.^a Senhora Aparecida) e áreas rurais, e pelo Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Matriz Santo Antônio), e áreas rurais.

Foto 3 - comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2013; reza do terço mensal.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013/2014. Autora: Matias, C. A. C.

Foto 4 - comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2013; centro comunitário reformado.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013/2014. Autora: Matias, C. A. C.

A Comunidade Anta Gorda tem um Centro Comunitário onde realizava-se, festas, as missas e celebrações mensais e os terços em intenção a São Sebastião nos primeiros domingos dos meses (Foto 5). O terreno para a construção do Centro foi doado pelo Sr. João Francisco já falecido. As comunidades foram atingidas pela construção da barragem Serra do Facão (Sefac), segundo os moradores da comunidade Anta Gorda, um de seus genros, herdeiro da terra confrontante ao Centro Comunitário, se apossou do centro. Os moradores decidiram não lutar na justiça por seus direitos, cedendo o mesmo. A saída encontrada por eles para manter a tradição da reza do terço foi, transferi-la para a comunidade Olhos D'água, permanecendo viva essa expressiva manifestação cultural, que já faz parte da identidade dos moradores/ex-moradores dessa comunidade. As festividades da Comunidade eram realizadas em 'tordas' (construção com estrutura de madeira coberta de lona, sendo montada na véspera da festa).

Foto 5 - comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2013; centro comunitário desativado.



Fonte: Pesquisa de campo – 2010. Autora: Matias, C. A. C.

Foto 6 - comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2013; gruta de São Sebastião.



Fonte: Pesquisa de campo – 2010. Autora: Matias, C. A. C.

Os enterros dos membros falecidos das famílias da comunidade Anta Gorda, geralmente, são realizados no Cemitério do distrito de Santo Antônio do Rio Verde. Os primeiros túmulos eram marcados com cruzes de madeira, sendo os falecidos enterrados em cemitérios das sedes das famílias ou nas fazendas sem uma demarcação exata, favorecendo sua destruição com o passar do tempo, o que dificultou na identificação dos restos mortais das primeiras pessoas enterradas na comunidade, porque os membros da família já não tinham a localização precisa do local do sepultamento. Estes restos mortais foram transferidos para o Cemitério do distrito de Santo Antônio do Rio Verde, por intermédio da Sefac.

Na área da saúde há apenas uma Agente Comunitária de Saúde, (E. A. C. da Silva), que atende as duas Comunidades, prestando atendimentos como verificação de pressão arterial, orientação quanto ao pré-natal para as gestantes, encaminhamento dos doentes dentre outras funções. Quando as famílias necessitam de atendimento médico, se deslocam da comunidade para o Distrito de Santo Antônio do Rio Verde para serem atendidas no posto de saúde Américo Machado ou se deslocam para a cidade de Catalão (GO).

Estas famílias sempre buscam estratégias para melhorias na produção sem deixar de repassar os valores e tradições para seus descendentes, sendo um meio de preservar a identidade sociocultural das famílias dessa comunidade, ou seja, esforçam-se para que estes valores sejam mantidos vivos através de gerações.

2.1 A construção do caminho metodológico da pesquisa

O processo de construção da pesquisa é dinâmico, caracteriza-se por uma busca, indagação e respostas. Assim pode ser considerada como uma síntese de respostas, que sempre começa com uma pergunta (problematização). Para tanto é necessário estabelecer a metodologia que é o caminho/ação para alcançar os objetivos propostos. O método empregado foi a pesquisa qualitativa.

Pesquisar é produzir conhecimento novo, no qual apresente relevância teórica e/ou socialmente. É a investigação de um problema realizada a partir de uma metodologia, a pesquisa constitui-se em um conjunto de procedimentos que visa produzir um conhecimento novo. Gil (2002, p. 17) afirma que pesquisa é um “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas ao problema proposto [...]” Esse processo envolve diversas fases, desde a formulação do problema até a apresentação satisfatória dos resultados.

Para Luna (2005), ao abordar sobre o planejamento de pesquisa, denota que a revisão teórica tem por objetivo circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo. Essa análise é confirmada por Mendes e Pessôa (2009) afirmam que revisão teórica é fundamental para o desenvolvimento de qualquer pesquisa,

o referencial teórico permite elaborar representações do mundo real. Esse novo universo de representações é incorporado a um conjunto de idéias sistematizadas, nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto se unem. Nessa perspectiva, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os mundos manifestos e suas representações [...] (MENDES; PESSÔA, 2009, p. 525).

Possibilita a definição/detalhamento do problema, o conhecimento de uma determinada área de pesquisa, a produção de conhecimento a respeito do trabalho de outros pesquisadores, o aprimoramento da ciência e o amadurecimento profissional (LUNA, 2005). Antunes (1999) apresenta em seu manual construtivista alguns ensinamentos, regras e maneiras de como estudar, destacando que pesquisa é a técnica de buscar perguntas e construir as respostas. Assim, a pesquisa necessita surgir de uma pergunta, problematização, para, a partir desta última, obter as respostas da mesma.

Os estudos de natureza geográfica exigem domínio do conteúdo teórico e conceitual, conseguidos por meio de leituras específicas. Essa etapa representa o momento em que o pesquisador busca conhecer o que já foi produzido sobre o tema e as principais divergências

entre os autores. De acordo com Luna (2005), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo.

A pesquisa qualitativa é essencial nos estudos geográficos e agrários, pois os arranjos sociais estão cada vez mais complexos, sendo difícil compreender e explicar os fatores econômicos, políticos e socioculturais apenas com o método quantitativo. Várias técnicas são utilizadas na pesquisa qualitativa dentre elas destacam-se: observação, entrevista, história oral e história de vida. As principais técnicas utilizadas nessa dissertação durante a pesquisa foram observação, entrevista com aplicação de roteiro semiestruturado. É importante possuir domínio teórico para se realizar uma pesquisa qualitativa.

2.1.1 Pesquisa teórica

A pesquisa teórica não deve ser considerada como uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas sim propiciar a análise de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, a conclusões inovadoras. Descreve o estado atual de uma dada área de pesquisa, enfatizando o que já se sabe, quais as principais lacunas e os principais entraves teóricos/metodológicos.

Marconi e Lakatos (2007, p. 17) ressaltam que “toda pesquisa deve basear-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem sucedida de um problema [...]” dessa forma a teoria dá subsídios para chegar aos resultados. Também foram feitos fichamentos, procurando responder a duas questões: de que trata os textos e que diz seus parágrafos, como afirma Antunes (1999), a essência do fichamento é a problematização. Weg (2006, p. 8, grifos da autora), pondera “[...] o *fichamento* insere-se no conjunto de gêneros textuais como instrumento de *decodificação* de textos de estudo e *registro organizado* de informações provenientes de uma leitura atenta do material pesquisado.” Nesse sentido, o fichamento, divulga o processo de elaboração de um texto reunido com a finalidade de decifrar e compreender outro texto em análise. Sendo essa um estilo de registrar as informações obtidas na leitura de um texto base.

Weg (2006) destaca, também, que fichar é o ato de selecionar, organizar e registrar informações, a partir da leitura do texto-fonte, de forma a construir uma documentação que

atenda aos objetivos do leitor ao fazer a leitura, remeta ao texto-base, possa ser consultada posteriormente e aponte para a elaboração de um texto posterior.

A pesquisa teórica além de fornecer uma definição mais precisa da problemática estudada possibilitou maior clareza com relação aos procedimentos mais adequados para o desenvolvimento do trabalho. Através dessa pesquisa foi possível ter contato com teorias sobre agricultura familiar, estratégias de reprodução social e praticas culturais, e esse contato favoreceu meios para compreender a problemática levantada. Outro recurso utilizado é a pesquisa documental, a qual contribuiu com dados e informações sobre a área pesquisada, assunto trabalhado na próxima subseção.

2.1.2 Pesquisa documental

A pesquisa documental representa um recurso capaz de trazer contribuições importantes para a pesquisa, porque pode auxiliar na compreensão dos fatos. Assim, os documentos merecem atenção especial nos estudos qualitativos.

Essa é compreendida como a análise de materiais que não receberam tratamento analítico/ científico ou podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa. O documento selecionado dependerá da questão a que se busca resposta. Nesse sentido, apresenta-se uma discussão acerca da pesquisa documental e dos principais materiais considerados documentos. Segundo Gil (2002), na pesquisa documental, as fontes são muito diversas uma vez que

[...] há, de um lado, os documentos ‘de primeira mão’, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2002, p. 46).

A intenção da pesquisa documental é assentar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado tema. O uso de documentos em pesquisa beneficia a observação do processo de evolução dos indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas entre outros. Assim, esse material coopera para

classificação de informação sobre a realidade sociocultural, econômica e histórica do município de Catalão (GO), com ênfase nas comunidades Anta gorda e Olhos D'água.

Nessa pesquisa podem-se incluir: a) materiais escritos, como jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos e relatórios; b) estatísticas que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinado grupo; e c) elementos iconográficos, como sinais, grafismos, imagens, fotografias e filmes.

Além de consultas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - Agência Catalão) e em seu *site*, sendo levantadas informações sobre o número da população (rural e urbana), o Censo Agropecuário e a pecuária do Estado de Goiás e do município de Catalão (GO). Na Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN) e na Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (SEPIN). Na Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, foram analisados o “Sistema de Informação Básico” - Cadastro da Família, para obter informações sobre as famílias das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de Catalão (GO), quanto à situação de moradia e saneamento, doença, meios de comunicação, meios de transporte entre outros.

Também foi fundamental a utilização de dados e acervo do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq/UFG) do qual sou integrante, foram analisados roteiros de entrevistas referente às comunidades Anta Gorda e Olhos D'água (banco de dados NEPSA). A pesquisa documental foi uma forma de compreender a realidade do município de Catalão, e conseqüentemente, as comunidades propostas para o estudo (Anta Gorda e Olhos D'água). Também foi realizada a pesquisa de campo, na qual buscou-se obter informações e/ou conhecimento acerca do viver do agricultores familiares nas comunidades Anta Gorda e Olhos D'água. Assunto que será detalhado a seguir.

2.1.3 Pesquisa de campo

Essa etapa tem como objetivo obter informações empíricas sobre as estratégias de reprodução social e praticas culturais das comunidade Anta Gorda e Olhos D'água. Assim como, compreender como é a relação entre a terra, trabalho e a família, os laços de parentesco e amizade, constituição da identidade territorial, demonstrar a importância destas relações para a sobrevivência das famílias no campo. A pesquisa empírica desenvolveu-se com o trabalho de campo (*in loco*) nas comunidades Anta Gorda e Olhos D'água. As entrevistas foram

semiestruturadas, seguindo roteiros previamente estabelecidos com perguntas predeterminadas. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) ressaltam que nessas entrevistas o pesquisador faz perguntas específicas e predeterminadas, mas deve deixar o entrevistado responder com seus próprios termos. A coleta de dados deve ser encerrada quando as informações obtidas são suficientemente confirmadas e o surgimento de novos dados se torna cada vez mais raro. Para Triviños (1987), entrevista semiestruturada é

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a medida que se recebem respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Para Triviños (1987), as perguntas que compõem a entrevista semi estruturada são resultados não só da teoria que manteve a ação do pesquisador, mas também de todas as informações anteriormente recolhidas sobre o fato social de interesse. Assim, optei pela entrevista semiestruturada como metodologia. Para os autores Gil (1999), Marconi e Lakatos (2002) destacam as principais vantagens da entrevista são: a) possibilita obter dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; b) permite obter dados em profundidade sobre o comportamento humano; c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação, de quantificação e tratamento estatísticos; d) não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever; e) possibilita obter um maior número de respostas; f) oferece flexibilidade, uma vez que o entrevistado pode esclarecer o significado das perguntas; g) permite obter dados que não se encontram em fontes documentais e que são relevantes e significativos; e h) possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, a tonalidade da voz e a ênfase nas respostas.

É por meio do trabalho de campo que temos a chance de reconhecer a realidade dos agricultores familiares das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água. Além disso, colabora para que possua uma relação dinâmica entre pesquisador e sujeito, promovendo a apreensão dos vínculos entre as pessoas, os objetos e os significados que são construídos pelos sujeitos. Nesse caminhar de ideias, Mendes e Pessôa (2009) ressaltam que

[...] a pesquisa empírica propicia o conhecimento de concepções e representações da riqueza sociocultural do lugar, como a história das famílias, da região, dos “causos” e, principalmente, da utilização do tempo, o ritmo de vida e sua inserção na ordem social em seu todo [...] (MENDES; PESSÔA, p. 525, grifo das autoras).

Com relação à natureza das informações, a pesquisa empírica abrange questões de ordem factual e também opinativa. De acordo com Luna (2005), as informações factuais dependem de pouca ou nenhuma interpretação, seja da parte do informante (se esta for à fonte), seja da parte de quem a registra. As informações obtidas foram classificadas em factuais e opinativas. Segundo Luna (2005), as informações factuais referem-se a sexo, idade, estado civil, série que cursa empresa, que trabalha renda, religião e as informações opinativas referem-se às crenças, suposições, valores entre outras.

Assim, buscam-se informações como: a) caracterização do imóvel/ identificação e localização do estabelecimento, b) identificação do entrevistado, c) caracterização da família, d) proprietário do imóvel, e) situação ocupacional do produtor, f) renda agrícola e não agrícola, g) identificação de famílias no imóvel, h) famílias residentes na propriedade, i) arrendamento/ parceria/ agregado, j) composição familiar, k) escolaridade, l) força de trabalho, m) contratação de serviços no estabelecimento, n) benfeitorias existentes na propriedade, o) bens de consumo, comunicação e transporte, p) assistência médico-hospitalar, q) informações sobre a comunidade e inserção social e política, r) características da pecuária, s) produtos cultivados, t) insumo ou técnicas utilizadas na propriedade, u) produção e comercialização, v) habilidades que a família possui no manejo de máquinas e equipamentos/ pecuária/ afazeres domésticos, w) assistência técnica/ financiamento e/ou empréstimos, x) organização dos produtores/ família e as expectativas.

Além de traços culturais e relação de identidade do produtor com a terra, as características de crenças que constituem o modo de vida rural, as manifestações de valores e tradições, a contribuição desses aspectos para a permanência dessas famílias no campo, o resgate da herança cultural e da memória da população através da oralidade. Mesmo seguindo um roteiro ordenado de questões, são os entrevistados que orientam o ritmo da entrevista, constituindo, assim, um diálogo informal.

3 PRODUÇÃO FAMILIAR: terra, trabalho e família

O conceito de agricultura familiar é entendido, como aquele em que a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo. A agricultura familiar se reproduz na sociedade, devido a sua capacidade de adaptação ao contexto socioeconômico. Porém, essa capacidade de adaptação só é possível pelo fato de, a agricultura familiar não ter rompido definitivamente com as formas de organização anteriores, assim sendo, é a tradição que permite sua adaptação na sociedade.

3.1 Agricultura familiar: considerações teórico-metodológicas

Os principais debates na atualidade buscam revelar e explicar as causas da redução da população rural, com ênfase nos pequenos produtores, como a natureza, os mecanismos de evolução e suas características determinantes. A partir da década de 1970, em consequência do processo de modernização da agricultura, o segmento da agricultura familiar, expunha problemas econômicos, sociais e territoriais. Assim, após 1980, o enfoque das reflexões centra-se na diversidade e complexidade da pequena produção rural nas sociedades contemporâneas.

Já na década de 1990, uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no esboço realizado em 1994, com objetivo principal de estabelecer as diretrizes para um modelo de desenvolvimento sustentável, escolheu-se como forma de classificar os estabelecimentos agropecuários brasileiros pela separação entre dois modelos: patronal e familiar. Os primeiros tendo como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na especialização, com demonstra o Quadro 1 (FAO/INCRA, 1994).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Agricultura familiar se define com base em três características, a) a gerência da propriedade rural é feita pela família; b) o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; e c) os fatores de produção,

pertencem à família (exceção, às vezes, a terra) e são passíveis de sucessão, em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

Quadro 1- Características da agricultura familiar.

MODELO FAMILIAR
Trabalho e gestão intimamente relacionados
Direção no processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na diversificação
Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Trabalho assalariado complementar
Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tomada de decisões “in loco”, condicionadas pelas especialidades do processo produtivo
Ênfase no uso de insumos internos
Fonte: Pesquisa FAO/INCRA(1996)
Organizado por: Matias, C. A. C. (2014).

Assim o modelo familiar tem como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, à ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Abramovay (1992), ao analisar os motivos da falta de protagonismo do campesinato pelo marxismo, sugere que buscar uma explicação para essa categoria a partir de sua inserção na sociedade orientada pela lógica do capital seria um equívoco, porque para o marxismo sua existência e reprodução do capitalismo sendo antes de tudo uma incongruência. Para o autor,

a atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode seconstituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx. As duas únicas classes que possuem a universalidade de incorporar nelas mesmas os elementos básicos de organização da socialidade contemporânea são a burguesia e o proletariado.”(ABRAMOVAY, 1992, p. 35-36, grifos do autor).

Na última década tem ocorrido uma tentativa de resignificar o conceito de agricultura familiar. Procurando afastar a análise da tese de inevitabilidade do seu desaparecimento, que além dos autores de linha conservadora foi uma tese repetida até a exaustão por autores de influência marxista, seja na sua versão ortodoxa, da diferenciação camponesa, ou na versão modificada pela ideia de subordinação, de funcionalidade ou de integração/exclusão da agricultura familiar à lógica do capital, pois estas teorias atribuem ao agricultor familiar um papel de subordinar um destino trágico no processo de desenvolvimento.

A inclusão da produção rural familiar nas relações sociais capitalistas, sua reorganização, rupturas e reprodução, a associação entre família, terra e trabalho ratificam a disparidade dos processos que comportam sua integração na sociedade contemporânea além, das diferenciações e diversidades que compõem esse segmento de produtores. Busca-se afastar a análise da agricultura familiar a ideia que implicam pobreza, atraso ou inferioridade nesse tipo de empreendimento em relação a outras categorias de produção, na qual a questão da agricultura familiar seria apenas objeto da política social compensatória.

A agricultura familiar no Brasil, como em várias partes do mundo, possui diferenciações regionais. O agricultor familiar não precisa ser pobre nem pequeno, nem estar condenado à extinção, como tem confirmado algumas experiências internacionais. Lamarche (1993) realizou uma comparação internacional, entre 13 regiões de cinco países, sendo: França, Canadá, Brasil, Tunísia e Polônia. Para esse autor, países em que o mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre assegurada, em maior ou menor grau, por explorações que a família participa da produção.

[...] a produção agrícola é sempre assegurada por estabelecimentos familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção. É forçoso admitir, entretanto, uma grande diversidade de situações [...] Essas situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos sócio-econômicos e políticos diferentes, são reveladoras da enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a agricultura familiar. Estamos seguros de que esta heterogeneidade reflete também as diferentes faces de um mesmo objeto e não de objetos intrinsecamente diferentes. (LAMARCHE, 1993, p. 13).

Para reforçar o papel da agricultura familiar é necessário o apoio do governo através de políticas públicas e a construção de um pacto social amplo que escolha aos agricultores familiares como protagonistas do processo de desenvolvimento rural. Além de se tratar de situações economicamente viáveis, os empreendimentos familiares permitem também, cumprir uma série de funções associadas aos novos paradigmas, expressos no conceito de sustentabilidade, fomento à pluriatividade e ao desenvolvimento territorial, que contribui para

o desenvolvimento sustentável. Como expressa Wanderley (2002), o meio rural, sempre visto como fonte de problemas, hoje aparece também como portador de soluções, vinculadas à melhoria do emprego e da qualidade de vida.

Em síntese, pode-se dizer que a ressignificação da categoria da agricultura familiar está relacionada, por um lado, à crise dos paradigmas clássicos, e à substituição de um enfoque unilateral e determinista, onde o desfecho já é conhecido, por análises onde existem vários caminhos possíveis, dependendo da articulação dos atores sociais e do apoio governamental.

O contexto da modernização agrícola, desenvolvimento do capitalismo agrário, conseqüente expansão das fronteiras, agravou ainda mais, as condições de sobrevivência dos produtores rurais familiares devido a forte monetarização das relações de produção, como circulação de insumos oligopolizado, reduzindo os ganhos dos produtores, modificando as relações de trabalho e sua conseqüente saturação no mercado, conseqüente remunerações elevadas. Essa situação trouxe problemas quanto à complementação da renda e/ou a contratação temporária de ajudantes.

Somam-se a isso, os critérios para incentivos de créditos do governo voltados para grandes produtores, e o mercado de terras concentrado, surgindo assim, a necessidade do estudo de áreas específicas. A pesquisa leva a conhecer a diversidade de estratégias adotadas por esse segmento de produtores, e assim possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos sobre a produção rural familiar e táticas de desenvolvimento social e econômico no espaço rural.

A agricultura familiar é caracterizada pela relação entre terra, trabalho e família, por isso, é necessário o estudo de áreas específicas, pois cada unidade familiar apresenta especificidades e diferenciações regionais/locais, uma forma de assegurar sua inserção e reprodução na sociedade contemporânea. O aumento das discussões sobre agricultura familiar foi impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Sobre esse tema, Hespanhol (2001) considera que,

a produção familiar constituiu-se, no decorrer dos anos 1990, num dos principais eixos norteadores das discussões sobre a questão agrária brasileira. Tal fato deveu-se, entre outros fatores à grande expectativa criada em torno dessas unidades produtivas em função do seu potencial como produtoras de alimentos, na geração de emprego e na melhoria da renda no meio rural brasileiro. (HESPANHOL, 2001, p. 230).

Abramovay (1992), em sua definição sobre agricultura familiar enfatiza três traços básicos: a) os membros estão relacionados, seja por parentesco ou casamento; b) a propriedade dos negócios é habitualmente, conjunta ao controle gerencial; e c) o controle é transmitido de uma geração para outra, incluso na mesma família.

Outro fator que merece destaque para a afirmação da agricultura familiar, foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996. Este programa surgiu graças à pressão do movimento sindical rural, desde o início da década de 1990. O PRONAF foi criado para atender, especificamente, os agricultores familiares que, até então, estavam à margem dos incentivos oferecidos pelo governo. O programa foi a base utilizada para definir o ‘pequeno produtor’, que é caracterizado a partir dos seguintes critérios: a) possuir 80% da renda familiar, por atividade agropecuária; b) possuir ou explorar estabelecimentos com área de até 4 módulos fiscais, conforme a legislação em vigor ou, no máximo, 6 módulos; c) fazer exploração da terra, na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes, estes pequenos produtores devem residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; e) possuir renda anual máxima de até R\$ 27.500,00 (MENDES, 2005). As principais características das unidades produtivas familiares, segundo Mendes (2008) são: a) centralidade dos meios de produção; b) trabalho e gestão; garantidos diretamente pelos proprietários; c) diversificação da produção de gêneros alimentícios; d) produção para o auto consumo e o excedente para o mercado; e) uso de trabalho assalariado complementar; f) valorização de recursos naturais e culturais. A autora ressalta que, as unidades de produção familiar são representadas pelo grupo familiar, estabelecendo estratégias de sobrevivência, como uma maneira de assegurar a reprodução. Assim,

[...] as unidades familiares, são constituídas por um grupo autônomo, representado pela família, que procuram estabelecer suas estratégias de sobrevivência, para o presente, com perspectivas também para o futuro. (MENDES, 2008, p. 142).

Graziano Neto (1985) expõe que a modernização promove o progresso técnico na agricultura, concomitante, modifica as relações sociais de produção, expropriando e substituindo os pequenos produtores, por mão-de-obra assalariada.

Com esse processo de transformação da agricultura, os chamados agricultores de subsistência – cuja principal determinação é a produção para consumo próprio da família trabalhadora, levando ao mercado somente o

excedente da produção – vão dando lugar ao surgimento das empresas rurais, capitalistas, onde as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são os condicionantes principais da produção [...] (GRAZIANO NETO, 1986, p. 26, grifos do autor).

Dessa forma, a tendência da agricultura capitalista é estabelecer uma aliança entre a ciência e os negócios, na qual a agricultura passa a necessitar constantemente de capital, surgindo novas formas de apropriação dos meios de produção e do trabalho “[...] Assim, pequenos agricultores ou foram expropriados de suas terras, ou tiveram de se submeter ao trabalho assalariado, ao sistema de parceria, dentre outras formas de arrendamento, para garantir sua sobrevivência.” (VALENCIANO; THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 3). Assim, o trabalho assalariado, torna-se estratégia para as famílias dos agricultores, que não têm o acesso a terra. Outra estratégia é a diversificação da produção, que os pequenos agricultores possuem para garantir sua sobrevivência, com melhor qualidade de vida.

O segmento da agricultura familiar tem interação entre a terra, o trabalho e a família, na qual, esta relação ocorre de forma específica, em cada unidade familiar; garantidoras da inserção e reprodução na sociedade atual. Lamarche (1993) analisa que,

a exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados á família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMARCHE, 1993, p. 15, grifos do autor).

Corroborando com o autor, Wanderley (2001) ao analisar a região do Rio Grande do Sul, apresenta a agricultura familiar, como um conceito genérico, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, diversidade de formas sociais. Para essa autora, a agricultura familiar, se reproduz na sociedade contemporânea, devido à capacidade de adaptação ao contexto socioeconômico, isso faz com que passe a ser chamada de: “agricultor familiar moderno”.

Lamarche (1993) ressalta a diversidade de situações, pois em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado, sendo reconhecida, como a única forma social de produção, capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade, como um todo. Em outros lugares permanece obsoleta, constituída, essencialmente, sobre a economia de subsistência e excluída de todo o desenvolvimento, desacreditada, a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada.

[...] As explorações que se mantiveram em seus lugares são as que souberam – ou puderam – adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diversas às instabilidades climáticas, à coletivização das terras ou à mutação sociocultural determinada pela economia de mercado [...] (LAMARCHE, 1993, p. 21).

Venâncio (2008) pondera que a agricultura familiar possui particularidades econômicas, e, essas unidades produtivas devem ser consideradas “territórios de vida” e de reprodução da família, isso se justifica ao fato dessas famílias guardarem, aspectos culturais próprios, repassados de pai para filho, que são atravessados de gerações a gerações. Estas unidades não proporcionam uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores; supõe-se que, a tradição permite sua adaptação na sociedade. Ao aprofundar nos estudos sobre agricultura familiar, percebemos as relações com a propriedade, o sentimento de pertencimento a ela, ao território ou à comunidade, presente no cotidiano imbricado a valores simbólicos e culturais.

Destaca-se, também, a importância das tradições, marcadas pela religiosidade, construção de laços afetivos e culturais, vínculos estes criados a partir das relações de trabalho, fator que contribui para sucessão do patrimônio sociocultural “[...] o conjunto integrado de elementos com suas tradições, valores morais, étnicos e religiosos, assegura a reprodução das comunidades rurais que, constituem a construção de uma vida, com toda uma história que conjuga terra, trabalho, família e cotidiano.” (MENDES, 2008, p. 144).

A autora ressalta que, as condições da pequena agricultura, agravou-se pela questão da monetarização (implementação) das relações, como o mercado de insumos oligopolizado, custo elevado na produção, mercado monopsônico (é uma forma de mercado com apenas um comprador, e inúmeros vendedores) que, diminuiu o rendimento dos produtores, e também a saturação do mercado de trabalho, tudo isso dificultou à complementação da rentabilidade e/ou a contratação temporária de ajudantes. O fato é que, o aumento do trabalho assalariado está subordinado, diretamente à grande propriedade e à substituição gradual das relações de trabalho, como a parceria e o arrendamento pela utilização do trabalhado temporário.

Ao abordar sobre as estratégias utilizadas pelos produtores, Tedesco (2001) salienta a importância de considerar, a especificidade de cada família, sendo esta uma forma de permanecer no campo.

[...] O agricultor familiar adota estratégias e aciona formas de racionalidades possíveis, enfrenta os desafios com as condições objetivas e os instrumentos que lhe são possíveis e ao seu alcance, dentre os quais a dimensão da

historicidade que lhe é inerente e a incipiente participação nas políticas públicas. (TEDESCO, 2001, p. 13).

Corroborando com o autor, Wanderley (2001) considera que a inserção da agricultura familiar na sociedade moderna, é favorecida pelas suas estratégias de produção, as quais se baseiam na valorização dos recursos disponíveis, no estabelecimento familiar e destinam-se, a assegurar a sobrevivência da família e de sua exploração no presente e no futuro “[...] De certa forma, os agricultores familiares modernos, enfrentam os novos desafios, com as armas que possuem e que aprenderam a usar a partir de sua experiência.” (WANDERLEY, 2001, p. 35, grifos da autora).

Martins Silva (2011) discorre sobre a preservação dos costumes, valores, práticas, saberes e crenças dos agricultores familiares, sendo que os costumes estão relacionados ao trabalho, ao convívio social, às relações sociais, à religiosidade e à fé, revelada nas práticas, hábitos e símbolos, reproduz se mantendo, de geração em geração, através da cultura, estabelecendo suas identidades. A autora destaca a importância das relações de parentesco e vizinhança, para os agricultores familiares.

Essas relações de parentesco ou mesmo os laços afetivos de vizinhança acentuam-se e os produtores prestam auxílios uns para com os outros. Essa relação é desprovida de qualquer lógica capitalista, ou seja, como retribuição pela ajuda prestada o produtor que recebeu o auxílio em outra oportunidade. Esse tipo de troca de serviço é conhecido como ajuda mútua. (MARTINS SILVA, 2010, p. 25).

Os produtores têm na agricultura e em seu trabalho cotidiano não apenas um modo de produzir, mas, também, um modo de viver, renascendo, assim, uma forte necessidade de identidade cultural e de pertencimento. Mesquita (2013) ressalta que esse segmento, está socialmente organizado no trabalho e na produção, sendo esta forma, para manter-se no interior do sistema capitalista e desenvolverem-se, novas estratégias e garantir sua reprodução social e inserção econômica.

O grande desafio imposto a esses(as) agricultores(as) familiares refere-se à possibilidade de assegurar rendimentos e melhoria na qualidade de vida. Nesse processo, cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e a sua reprodução. (MESQUITA, 2013, p. 50, grifos da autora).

A autora destaca a importância da produção, do trabalho e do consumo para os membros da família, na qual são organizadas as estratégias socioeconômicas das mesmas, que

visam à reprodução social e econômica desses produtores. Com isso, para traçar as estratégias adotadas pela família, leva-se em consideração o balanço entre o trabalho e o consumo, varia de acordo com cada realidade abordada, pois, a quantidade de trabalho que a família precisa realizar, é analisada em função da satisfação e das necessidades dos produtores.

Para Schneider (2003, p. 109) “[...] as estratégias são interpretadas como o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação ao indivíduo [...]” pois, considera que as estratégias ocorrem nos limites determinado pelos fatores sociais, culturais, econômicos e espaciais, considerando a realidade adquirida a partir de relações materiais presentes ou até mesmo herdadas do passado e transmitidas culturalmente, resultado da ação humana.

É importante conhecer a realidade das famílias das comunidades Anta Gorda e Olhos D’água, para compreender e analisar as particularidades socioeconômicas desses produtores, sendo tema para subseção. Pois o conceito de agricultura familiar é entendido, como aquele em que a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo. A agricultura familiar se reproduz na sociedade, devido a sua capacidade de adaptação ao contexto socioeconômico. Porém, essa adaptação só é possível pelo fato de, a agricultura familiar não romper definitivamente com as formas de organização anteriores, assim sendo, é a tradição que permite sua adaptação na sociedade.

3.2 O processo de modernização da agricultura: comunidades rurais no município de Catalão (GO)

O processo de desenvolvimento da produção capitalista no campo agravou as condições de sobrevivência da pequena agricultura, ou seja, subordinação da agricultura. Esse processo ficou conhecido como modernização da agricultura⁵ e ocorreu, em praticamente, todo território nacional. No Centro-Oeste brasileiro, deu início principalmente, a partir da década de 1970, afetou as pequenas e médias propriedades rurais, pois, a agricultura comercial modernizada, constituída a partir de políticas que auxiliou o modelo agroexportador brasileiro, ocasionou na concentração de capital e da propriedade no meio rural. O ‘pequeno

⁵O termo modernização tem tido uma utilização muito ampla, referindo-se ora às transformações capitalistas na base técnica da produção ora à passagem de uma agricultura “natural” para uma que usa insumos fabricados industrialmente. (GRAZIANO DA SILVA. 1998, p. 18-19).

produtor' rural ficou a margem das políticas públicas, gerando um segmento social impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, enquanto forma social de produção.

A modernização da agricultura brasileira causou, gradativamente, modificações na organização interna das unidades de produção, baseadas essencialmente, na família, na terra e no trabalho, ocasionou dificuldades na inserção de mercado. Os incentivos em créditos e pesquisas privilegiou a agricultura empresarial moderna, tendo como meta a expansão do setor mercantil de alimentos:

[...] as grandes explorações, capazes de absorver os recursos tecnológicos e demais insumos agrícolas e, fundamentadas no trabalho assalariado, seriam o modelo de propriedade adequada para atender ao crescimento da atividade industrial e da população urbana, conjugando uma oferta regular e em larga escala de matérias-primas e alimentos. (MENDES, 2005, p. 36).

Mendes (2005) destaca também que as unidades produtivas rurais, baseadas no trabalho familiar, enfrentam problemas, por serem subordinadas a uma estrutura concentrada da propriedade da terra e dos mercados no Brasil. Com mudanças significativas no campo, pois, a partir daí os produtores familiares tiveram que lutar por sua permanência no campo, lançando mão de estratégias produtivas e econômicas.

Os produtores familiares do município de Catalão (GO) e nas comunidades Anta Gorda e Olhos D'água abrangem um contexto em que os mercados estão cada vez mais exigentes quanto à qualidade e preços, e em contrapartida, os recursos e benefícios destes pequenos produtores cada vez mais escassos. Os grandes e médios produtores estão buscando novas áreas de produção agrícola, que pode ser composto pela junção de pequenas propriedades, principalmente, em áreas de chapada, local propício para as grandes explorações.

Mendonça (2004) ao ponderar sobre a urdidura espacial do capital e do trabalho no Sudeste Goiano, destaca que “a racionalização do processo produtivo mediante a implementação dos novos sistemas técnicos, através da modernização da agricultura nas áreas de Cerrado, alterou profundamente os modos de vida e as formas de ser dos povos cerradeiros [...]” (MENDONÇA, 2004, p. 137, grifos do autor). Porém, nas comunidades Anta Gorda e Olhos D'água, esse processo de modernização da agricultura não causou mudanças bruscas em sua organização interna, ou seja, no trabalho familiar. Essas famílias munem-se de estratégias produtivas, baseados na tradição passada de pai para filho, os valores inseridos no seio familiar, garante o “território familiar.”

Esse processo modificou a agricultura tradicional, com a implantação intensiva de insumos modernos. Assim, a agricultura passou a fornecer, matérias-primas e tornou-se mercado consumidor de insumos e máquinas modernas. Coube ao Estado, possibilitar o desenvolvimento da infraestrutura e do sistema de créditos, beneficiando a capitalização e a lucratividade da grande propriedade.

Mendonça (2004) mostra que os principais fatores econômicos e políticos que viabilizam a ocupação do Centro-Norte do país, priorizando as áreas do Cerrado, foram: a) a construção de Goiânia, em 1950; b) o rodoviarismo e c) a construção de Brasília, em 1960. A transformação espacial, em consequência dessas mudanças, a construção das ações políticas, econômicas, sociais e culturais, teve como foco programar atividades modernizantes na agropecuária, trazendo resultado de novas paisagens, nas áreas do Cerrado.

Até a década de 1970, tinha-se a ideia que o Cerrado, não apresentava capacidade de produção agrícola em larga escala, para atender aos interesses comerciais. Assim, as principais atividades desenvolvidas na região, eram a pecuária extensiva e o extrativismo de madeira, principalmente, para a produção de carvão, atividade muito utilizada, em maior parte, de forma ilegal.

A partir de 1970, o Cerrado passou a ser inserido no processo de modernização, tornou-se uma área visada para cultivo de arroz, milho, soja, pois nesse período, cresceu a demanda, por estes produtos, no mercado internacional; com isso, a agricultura comercial moderna, passou a ser beneficiada pela demanda de produtos agrícolas, desenvolvimento tecnológico e políticas agrícolas de desenvolvimento regional. Dessa maneira, o Cerrado começou a ter uma alta produtividade de monoculturas, principalmente de grãos, passando a exportar um número de excedente considerável. Mendonça (2004) apresenta que a

[...] modernização da agricultura foi um esforço conjunto do Estado e de grupos empresariais nacionais e internacionais para transformar “as terras improdutivas” do Cerrado, em celeiros agrícolas do país, mediante a utilização de fartos créditos, de subsídios para a importação de insumos e implementos agrícolas e da adoção de novas tecnologias. (MENDONÇA, 2004, p. 233, grifo do autor).

Matos (2005) discute sobre o processo de industrialização no espaço agrícola, modifica a paisagem do bioma do Cerrado, ou seja, um processo de artificialização do Cerrado, corresponde ao aumento dos investimentos no campo, injetando capital fixo nas propriedades de grandes extensões de terra, possibilitando um acervo de máquinas agrícolas com auto custo, além de investimentos tecnológicos em pesquisas, este processo ocorreu de

maneira excludente, beneficia as unidades produtiva (médias e grandes), Graziano (1981) considerou como modernização conservadora e excludente,

o que se pode ver no campo brasileiro é uma ‘modernização conservadora’ que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vingam pelo amparo do Estado. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 40, grifos do autor).

Brumer (2001) analisa se os processos de exploração familiar no Brasil, ao evidenciar o caráter conservador da modernização agrícola, sendo esse processo discriminatório, parcial e incompleto, com a exclusão de uma importante parcela da pequena produção. A autora destaca duas particularidades da modernização da agricultura que merecem destaque.

A primeira situação é o papel da propriedade fundiária, a qual permanece como elemento organizador indispensável à atividade agrícola, muitas vezes independente de seu uso produtivo, torna-se reserva de valor em caráter especulativo, ou explorada sob forma extensiva, com baixos níveis de produtividade. O processo de modernização da agricultura vem sendo realizado, de modo parcial, ocorrem em muitos casos, extensões de cultura plantada consideradas moderna, mas a colheita não é modernizada, onde a propriedade fundiária, mantém um controle sobre a força de trabalho, se reproduzindo de forma miserável.

A segunda situação que merece destaque no processo de modernização da agricultura, é a questão social, explana no nível da distribuição de rendas, com a marginalização da população rural, até mesmo em nível de miséria, situação que tem se ampliado, ocasionando o êxodo rural, muitas vezes, resultado da expulsão em massa de trabalhadores, que residiam nas grandes propriedades e passando a trabalhar na agricultura, como assalariados temporários (BRUMER, 2001).

Como citado anteriormente, o processo de modernização da agricultura, iniciou-se nas áreas de Cerrado a partir da década de 1970, porém sua expansão não ocorreu de maneira homogênea. Matos (2005) destaca esta discrepância de tempo no processo de inserção dos benefícios, propiciados pela modernização da agricultura. A autora salienta que os primeiros incentivos, inovações tecnológicas e científicas, ocorreram na região Sudoeste, já nos anos de 1970, essa região passou a contar com linhas de crédito rural, assistência técnica, uso de insumos proporcionando auto nível na renda, se destacando a produção de algodão, soja e milho.

Mendonça (2004) destaca que a agricultura moderna se desenvolve no Cerrado Goiano a partir de diversos fatores, em conjunto, apresentam condições aos novos investimentos, graças à presença de grandes áreas de chapada (topografia plana), disponibilidade de latifúndios improdutivos e terras devolutas, graças a presença de extensas reservas para a inserção com projetos de irrigação e, principalmente, as políticas financiadas pelo Estado, foram de suma importância para o (re)ordenamento territorial, imposto por empresas rurais, isso somado ao próprio movimento do capital, que buscava áreas para realizar investimentos.

Com o conseqüente avanço da modernização da agricultura, que beneficia primordialmente as grandes propriedades inseridas no modo de produção capitalista da agricultura, tornou-se um mecanismo para reforçar a concentração de terras e renda, bem como a modificação das relações de trabalho. Assim, surge um novo modelo agrícola com a exigência de atender a necessidade de mão de obra qualificada, com novas categorias de trabalhos, como os administradores das propriedades, os operadores dos equipamentos pesados (máquinas), agrônomos, veterinários, engenheiros, com isso deixando de lado, o trabalhador tradicional, que era dotado de experiência e conhecimento empírico, mas desconhecia a técnica. Santos (1985) pondera

[...] a expansão do chamado capital técnico-científico leva à expulsão de um grande número de residentes tradicionais e à chegada de mão-de-obra de outras áreas. Na medida em que as exigências da produção são outras, diferentes da produção tradicional, visto, também que o investidor distante necessita de um controle político mais estreito dessa mão-de-obra, ele é obrigado ou prefere transplantar mão-de-obra de fora. (SANTOS, 1985, p. 45).

Para Mendes (2005), as mudanças na base técnica da agricultura goiana favoreceram a ampliação da produtividade, do trabalho e da substituição gradativa, nas relações de trabalho (utilizadas pelos agricultores como a parceria, arrendamento e o trabalhador temporário), agravando os problemas sociais no campo, como a elevação da concentração das propriedades rurais e processos migratórios.

Os principais programas de incentivos e investimentos no estado foram os Programas de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que promoveu a expansão da atividade agrícola e favoreceu as grandes e médias propriedades.

Mendonça (2004) mostra que processo de criação do POLOCENTRO, através do Decreto 75.320, em janeiro de 1975, visava ocupação racional e indiscriminada do Cerrado

com novas técnicas modernas na agricultura, com construção de eixos rodoviários, redes de energia elétrica, armazéns, com toda estrutura necessária para o desenvolvimento do capital que atuava em várias vertentes, tendo como destaque: a) o desenvolvimento tecnológico; b) a extensão rural; c) o crédito rural e d) o incentivo ao cooperativismo para facilitar a disseminação das áreas de Cerrado à produção agropecuária. Aproximadamente 1.878 proprietários foram atendidos, através desse programa, cujas áreas medidas estavam em torno de 630ha, sendo um programa altamente excludente e concentrador de terras e rendas, vigorando entre os anos de 1975 a 1982 e considerado, o programa de maior impacto sobre a agricultura, nas áreas do Brasil Central.

Já o PRODECER, foi criado em 1974, com o objetivo de atender a demanda mundial de alimentos, através da agricultura moderna; previa a criação de extensas unidades agrícolas, de caráter empresarial. Esse programa foi criado, em Minas Gerais, especificamente em Iraí de Minas, e veio a alcançar o Centro-Oeste em 1987. Sendo restrito e seletivo, o PRODECER atendeu produtores jovens e com alto grau de escolaridade, buscou dessa forma, assegurar o sucesso das inovações tecnológicas no campo, privilegiando agricultores da Região Sul do Brasil. Ambos os planos, POLOCENTRO e PRODECER proporcionaram um considerável avanço, nas grandes e médias propriedades beneficiadas (MENDONÇA, 2004).

Matos (2005) enfatiza a importância da construção de Brasília, que influenciou a urbanização da região Centro-Oeste do Brasil, principalmente no estado de Goiás. Com a transferência da nova capital, ocorreram altos investimentos num sistema rodoviário para interligar Brasília às demais regiões brasileiras. O Estado de Goiás foi beneficiado com esta malha rodoviária, devido, várias rodovias construídas, passar pelo estado e ser responsáveis pelo desenvolvimento de inúmeras cidades goianas. Dentre essas rodovias, destacamos a BR-050, a qual inseriu o município de Catalão neste dinamismo, integrando-o aos grandes centros econômicos do país, o que facilita a multiplicação dos fluxos de pessoas e mercadorias.

O processo de modernização foi excludente, os agricultores, baseados no trabalho familiar, passam a enfrentar dificuldades relacionadas às inovações tecnológicas, sistemas de crédito, uma vez que, as políticas agrícolas, agrárias contemplaram as grandes e médias propriedades. Tedesco (2001) afirma que os agricultores familiares, para sobreviverem, passaram a adotar diferentes tipos de estratégias, como meio de enfrentar os desafios. Para o autor,

[...] O agricultor familiar adota estratégias e aciona formas de racionalidades possíveis, enfrenta os desafios com as condições objetivas e os instrumentos que lhe são possíveis e ao seu alcance, dentre os quais a dimensão da

historicidade que lhe é inerente e a incipiente participação nas políticas públicas. (TEDESCO, 2001, p. 13).

Corroborando com o autor, Wanderley (2001) expõe que a inserção da agricultura familiar na sociedade moderna, é favorecida por suas estratégias de produção, as quais se baseiam na valorização dos recursos disponíveis, no estabelecimento familiar e destinam-se a assegurar a sobrevivência da família e de sua exploração no presente e futuro.

Diante dessa realidade de transformações, Wanderley (2001) afirma que, esse segmento passa ter a necessidade de garantir um “território familiar”, que seja lugar para vida, trabalho, assegurando as gerações futuras, a memória de sua família. Nas comunidades Anta Gorda e Olhos D’água, esse processo de modernização da agricultura não causou mudanças bruscas em sua organização interna, ou seja, no trabalho familiar, essas famílias munem-se de estratégias produtivas, baseados na tradição passada de pai para filho, os valores inseridos no seio familiar, garantindo o “território familiar.”

Mesquita (2013) ao discorrer sobre os principais aspectos da agricultura familiar, trabalho feminino e relações de gênero na comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás, destaca que a diversificação, evidencia-se na interdependência de alguns fatores, como a) acesso a terra, seja como trabalhador ou como proprietário; b) a relação com o mercado; c) as relações de trabalho; e d) a produção para o consumo. A lógica de produção/reprodução da exploração familiar visa assegurar, um nível de vida estável para o conjunto da família e a reprodução dos meios de produção.

Nas pesquisas de campo em ambas as comunidades, confirmou-se o movimento que esta ocorrendo na região, o envelhecimento da população nas áreas rurais, nas pequenas e medias propriedades. Reforçando assim os dados apresentados por Mendes (2005), Venâncio (2007), Martins Silva (2010/2012), Mesquita (2013), do qual analisaram pequenas e medias propriedades, constataram o envelhecimento da população. Com relação a base socioeconômica apresentadas nesses estudos foi a diversificação da produção.

4 TERRITÓRIO E IDENTIDADE TERRITORIAL E CULTURAL: reflexões para entender as Comunidades Anta Gorda e Olhos D'Água

Os estudos sobre território possuem diferentes dimensões, abordagens e perspectivas. Nesse sentido, o território do produtor rural não pode ser entendido como um local onde a população habita, e sim com suas diferentes vertentes, abordagens e relações na sociedade. É no território que se efetivam suas relações sociais e econômicas, tendo ele um valor inestimável para esses produtores, graças ao mesmo e suas relações internas e externas, que constituem um modo de vida específico dessas famílias.

Para melhor compreensão da estrutura e dinâmica da agricultura familiar, é necessário adentrar na discussão sobre o território, sendo este um forte instrumento de análise. Raffestin (1993) pondera que o território em sua construção ou apropriação ocorre por meio do trabalho humano, no qual cada território é particular, apresenta múltiplas conformações e consignações por meio de aspectos econômicos, culturais, sociais e simbólicos. Assim, o território é demarcado pelo processo histórico de pessoas (grupos de pessoas) conjunto onde exerce poder sobre essa área.

Para Raffestin (2009) é importante compreender que é o espaço, que antecede ao território, já que este é gerado a partir do espaço. Assim, o autor enfatiza que “[...] para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade.” (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

Então, para entender o território, é preciso ter a compreensão do espaço geográfico enquanto uma totalidade. Para Santos (1999), o espaço é formado por um conjunto de sistemas de objetos, forças produtivas, sistemas de ações, relações sociais interligadas, o que leva a dinâmica do espaço e a natureza em um sistema de objetos,

[...] ao analisarmos o espaço, não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais [...] o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios. (MOREIRA, 2001, p. 3).

Santos (2006), ao analisar as noções de território, espaço, desterritorialização, contra-espaço, representação e poder revela o conceito de território para compreender as demais categorias do conhecimento geográfico. São nos territórios, que ocorrem todas as ações,

paixões, forças, fraquezas, poder, ou seja onde se realiza plenamente a história do homem a partir de manifestações de sua existência.

Para Raffestin (1993) o território se forma a partir do espaço, como resultado de uma ação de atores sintagmáticos, que ao se apropriarem do espaço concreto ou abstratamente, o territorializa. Assim,

o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8, grifo do autor).

Haesbaert (2006), ao atribuir concepções de território para compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização, apresenta que o território possui três vertentes básicas: a) política ou jurídico-política, o território é visto como espaço delimitado e controlado, no qual se exerce um determinado poder; b) cultural ou simbólico-cultural, o território é visto, como produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo com relação ao seu espaço vivido; e c) econômica, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho. O autor, também apresenta uma interpretação natural(ista), uma visão mais antiga, atualmente, pouco usada nas ciências sociais. Contudo, não podemos nos esquecer de que foram os naturalistas, os primeiros a sistematizar e difundir o conceito de território e territorialidade.

Saquet (2003) ressalta o processo de apropriação e produção do território, como sendo econômico, político e cultural; e que precisa ser compreendido a partir das desigualdades e diferenças territoriais.

Um território não é construído e, a nosso ver, não pode ser definido *apenas* enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de uma identidade regional e cultural/política. Ele é produzido, ao mesmo tempo, por relações econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural. (SAQUET, 2003, p. 17, grifos do autor).

Em conformidade com Raffestin (1993), Souza (2009) define que o território está ligado a relações de poder e ocorre em diversos âmbitos, dependendo da dimensão a ser abordada: política, econômica e cultural. Se considerarmos as características geológicas e os recursos naturais de certa área, levando em conta o que produz ou quem produz num dado

espaço, ou ainda, as ligações afetivas e de identidade com determinado grupo social e seu espaço.

Para Haesbaert (2009) o território é entendido como híbrido entre as diferentes instâncias do espaço, em sua via social, econômica, política e cultural. O autor considera o território como, multidimensional e multiescalar, referindo-se a uma relação política e econômica onde este é delimitado e controlado, exercendo seu poder. Assim, o território pode ser também simbólico-cultural, sendo “[...] o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.” (HAESBAERT, 2009, p. 40). Essa percepção do território é estabelecida pelo valor de uso, do vivido, da subjetividade. Podemos interpretar o território como múltiplo, diverso, subjetivo e complexo.

Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida. (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 5).

O território não pode ser analisado apenas considerando os limites territoriais, divisão política, pois não é apenas chão e propriedade, é relação social. Dematteis (2007) pondera que o território “[...] não é aquele ‘sem atores’ de quem o reduz a um conjunto de ecossistemas redigidos por leis naturais, nem aquele das ciências sociais e políticas mais abstratas [...]” (DEMATTEIS, 2007, p. 7-8, grifos do autor).

Segundo Almeida (2005) o território corresponde, em primeira instância, as necessidades econômicas, políticas e sociais relacionadas a cada sociedade; dessa maneira sua produção mantida pelas relações que o atravessa, mas não pode ser analisado nessa dimensão, nele também estão inseridas operações simbólicas, onde os atores projetam suas concepções de mundo. Laços de identidade são manifestados, na convivência com o lugar, em conjunto com o território. Almeida (2005, p. 109) em seu estudo sobre fronteiras, territórios e territorialidades “[...] território é para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva.”

Para Almeida (2008) o território em suas diversas concepções, é também simbólico, no qual, o homem aspira suas concepções de mundo. A autora apresenta que, o território é, antes de tudo, uma maneira de se relacionar social, política e simbolicamente. Assim, o homem está ligado a sua terra e estabelece sua identidade cultural. A autora ressalta que o território é resultado de apropriação simbólica do espaço, para os sujeitos que têm uma

identidade territorial, contendo intensos significados e relações simbólicas. “O território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural [...]” (ALMEIDA, 2008, p. 58).

Segundo Haesbaert (2007), o território é constituído no jogo material e imaterial, funcional e simbólico. As concepções de território, são capazes de responder pela realidade contemporânea e necessitam superar os dualismos fundamentais: a) tempo-espaço; b) fixação-mobilidade; e c) funcional e simbólico. O autor ressalta, também, que, atualmente, o simbolismo da cultura está inserido em todas as esferas da vida, com isso, o território, está inserido nas tramas do ‘poder simbólico.’

Martins Silva (2011) ao analisar sobre a vertente do território e identidade territorial com enfoque nas comunidades rurais Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO) considera que o território dos produtores rurais não deve ser percebido apenas como um local onde a sociedade habita, porém deve ser compreendido como território cultural, com uma parcela de identidade, sendo uma fonte de relação afetiva com o espaço, o território significa um local de viver e produzir na terra, tendo um sentimento de pertencimento com o mesmo.

Chelotti e Pessôa (2010) ao discorrer sobre identidade territorial ponderam que, a identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial, onde a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, permite as análises sobre a produção do espaço, das paisagens e das territorialidades. As identidades, na perspectiva territorial são construídas a *partir do significado* (objetivo e subjetivo) e *sentimento de pertencimento*, cada grupo social expressa em determinada porção do espaço geográfico (região, lugar, território) produzindo a chamada *identidade territorial*.

O território se difere de acordo com suas características materiais e imateriais, ou seja, os seus recursos biofísicos e humanos, relações sociais, modos de produção e a sua cultura. A partir de relações específicas com homem *versus* meio, as sociedades historicamente construíram identidades territoriais próprias, com seus signos, símbolos e pertencimentos (CHELOTTI; PESSÔA, 2010).

Nesse sentido, percebe-se que a construção de identidades territoriais envolve um movimento que vai da identidade ao território e do território à identidade. Mesmo que na prática estejam sempre articulados de forma concomitante e indissociável, alguns casos

sugerem reconhecer o predomínio de uma direção em relação à outra, sobretudo para enfatizar o papel das representações territoriais nesses contextos.

Para Castells (2006) a construção social da identidade ocorre num contexto marcado por relações de poder. O autor propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades: a) identidade legitimadora: referente a identidade introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; b) identidade de resistência: criada pelos atores que se encontram em condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, sendo uma forma de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes, dos quais perpassam as instituições da sociedade; c) identidades de projeto: quando os atores sociais, fazem uso de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, construindo assim, uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, sendo está uma forma de buscar a transformação de toda a estrutura social. O autor, ressalta que

[...] a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço [...] quem constrói a identidade coletiva, e para quê essa identidade construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. (CASTELLS, 2006, p. 23-24).

Na perspectiva de Castells (2006) ocorre uma mútua relação na construção das identidades, pois os indivíduos são envoltos por múltiplas identidades e atributos culturais, muitas vezes um prevalece sobre o outro, o que pode gerar tensões e conflitos. Toda identidade é socialmente fundada, e seus significados e símbolos são gerados pelos próprios atores que as estabelecem, ou seja, no processo de construção de identidades são transmitidos elementos históricos, geográficos, biológicos, econômicos e institucionais dos indivíduos construtores. Onde são construídos em contextos marcados por relações de poder, dão forma e origem à construção de identidades, ativa e distinta. A identidade manifesta e transmite de maneira interna e externa, por meio de práticas simbólicas e discursivas.

A identidade dos agricultores familiares é pautada no território, pois ele se apresentar como base, onde encontra todas as dimensões, cultural, econômica, política e natural. Sendo carregado de elementos materiais/objetivos e imateriais/subjetivos que contribuem para a constituição identitária dos indivíduos.

Os territórios rurais têm características materiais e imateriais, em concomitância com as relações sociais, os modos de produção e a sua cultura. Os agricultores familiares vêm historicamente construindo suas identidades territoriais próprias, com seus signos, símbolos e pertencimentos. A identidade territorial dos agricultores familiares deve ser de forma integradora, ou seja, levando em consideração a dimensão simbólica, cultural, material, econômico, político, social e histórico. O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder material das relações socioeconômicas, políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem cultural.

Ao abordar os estudos de comunidade consideram-se os laços de parentesco, vizinhança, amizade, e também, as relações de solidariedade e ajuda mútua. Os agricultores familiares possuem uma identidade cultural/territorial. Esses aspectos estão presentes nas comunidades rurais, em que essas relações são mais expressivas. Entretanto, há de considerar as novas relações impostas pelo sistema capitalista, cujos sujeitos estão cada vez mais individualistas. Assim, busca-se analisar as principais estratégias de reprodução social e práticas culturais das comunidades rurais Anta Gorda e Olhos D'água no município de Catalão (GO).

Assim, podemos dizer que as comunidades rurais são caracterizadas, principalmente, pelos laços de sangue e de parentesco, associações com a terra e laços territoriais, de sentimentos partilhados e de crenças comuns. As mais profundas e intensas dessas relações é o afeto, a amizade e a solidariedade. Tedesco (1999, p. 88, grifos do autor) salienta que “[...] a comunidade sempre funcionou como uma reciprocidade social, familiar e de vida religiosa, ‘um lugar de encontro’, uma forma de compensação aos desencontros, isolamentos, sofrimentos e individuações cotidianas.”

A agricultura familiar é marcada pelas tradições, hábitos e costumes que se perpetuam, por uma relação de pertencimento com a terra e com o território. O fundamento dessa união é a identidade territorial e a territorialidade, a partir de aspectos materiais/imateriais, onde a identidade social e o sentimento de pertencer podem ser confundidos com a condição de sobrevivência da própria comunidade.

Os segmentos baseados no trabalho familiar constituem suas identidades e territorialidades fundamentadas, sobretudo, nas questões de ordem simbólico/cultural como também no sentimento de pertencimento a um dado território e comunidade. Os moradores das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água buscam na relação com o território e a importância da cultura na formação do indivíduo, na qual se forma a memória, onde estão

inseridas experiências, acontecimentos e provas que se submeteram, como uma possibilidade de se projetar para o futuro.

4.1 O significado de território e identidade territorial para as comunidades Anta Gorda e Olhos D'Água

Essa seção foi constituída a partir de informações durante a pesquisa de campo nas duas comunidades estudadas em 2013 e 2014, além de utilizar os dados e informações contidos no trabalho de conclusão de curso intitulado “**A produção familiar nas áreas de Cerrado: a comunidade Anta Gorda no município de Catalão (GO)**” finalizado em 2010. Assim, se seguirá uma sucinta constituição histórica da comunidade Anta Gorda, em seguida da comunidade Olhos D'água, e a construção da Hidrelétrica Serra do facão (Sefac) nessas comunidades.

As famílias buscam mecanismos para se manterem em seu território e se organizam para a realização de sua existência plena, constituição da sua história de vida, o que ocorre no universo de uma vida simples, de lutas no trabalho árduo do dia a dia, onde o trabalho, a terra e a família, fazem parte da constituição de sua história. Ao abordar sobre a construção histórica das comunidades, é importante para compreensão das formas de organização dessas famílias, a partir de símbolos, signos e significados, a constituição da identidade com o território e cultura.

Para Tedesco (1999) “mergulhar no passado cultural não significa resgatar fatos, situações mortas ou superadas, mas é a apreensão e a aprendizagem das bases, raízes que, de certa forma, dão suporte a muitos fatos e confrontações da realidade presente na vida cotidiana hoje” (TEDESCO, 1999, p. 74). Por isso resgatar os processos históricos, vislumbrar o passado reencontrar valores, o que conforma padrões de vida, de mudanças significativas no grupo, e altera o mundo da vida e a ordem dos valores existentes. Andrade (2008) ressalta que:

[...] as lembranças e memórias relacionadas às relações sociais de produção, bem como a religiosidade indicam a manutenção de costumes, que ainda permanecem no mundo vivido das pessoas do lugar e potencializam ajustes e adaptações dos sujeitos sociais aos processos produtivos vividos na modernidade. (ANDRADE, 2008, p. 199).

Para Mendes (2008, p. 144) “a identificação da ocorrência geográfica das comunidades rurais dá-se em pequenas aglomerações mais ou menos concentradas e apresenta um alto índice de parentesco. As famílias estabelecem uma organização de vizinhança, criando um sentimento de localidade e identificação.” Assim, os membros da comunidade necessitam viver juntos partilhando as condições básicas de uma vida em comum.

As comunidades Anta Gorda e Olhos D’água possuem uma diferença em relação às outras comunidades abordadas em estudos anteriores da região, pois apresenta em sua atual formação a hidrelétrica Serra do Facão (Sefac) no Vale do Rio São Marcos, em Catalão. O reservatório, segundo dados da Sefac, apresenta uma área com 218,84 quilômetros quadrados, com uma cota máxima de inundação de 256 quilômetros quadrados. Da área total do reservatório, 155 quilômetros quadrados correspondem à calha natural do rio, enquanto a área inundada ocupará cerca de 400 quilômetros quadrados. O mesmo abrange parcialmente áreas de cinco municípios Goianos (Catalão com 72,8%; Campo Alegre de Goiás com 22,4%; Cristalina com 0,6%; Davinópolis com 0,4% e Ipameri com 0,1%) e um município mineiro (Paracatu com 3,7%).

Os primeiros estudos que buscavam avaliar o potencial hidrelétrico da bacia do rio São Marcos, ocorridos em 1965, foram realizados pela Empresa CANANBRA Engineering Consultants Limited, com participação da Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG). Nesse período de transição até o início da construção do lago, inaugurado em outubro do ano de 2010 pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, até a concretização desse empreendimento que passou por muitas mudanças, muitos moradores da comunidade Anta Gorda chegaram a acreditar que a barragem não seria construída.

Ao perceberem que a barragem iria ser construída, alguns produtores gostaram da ideia, pois, venderiam suas terras por um bom preço, outros se sentiram indignados por terem que deixar suas terras sem querer. Muitos dos moradores que não queriam sair de suas terras contaram com o apoio de lideranças religiosas, movimentos como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), atualmente transformado em Movimento Popular Camponês (MPC) e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

A organização desses movimentos na região do Vale do Rio São Marcos significou não só a luta contra a construção da Barragem Serra do Facão, mas, também, a luta para preservar as raízes dos moradores das comunidades atingidas, pois, é da terra que estas famílias retiram seu sustento, pois não há agricultura familiar sem a mútua ligação entre terra, trabalho e família, (MATIAS, 2010).

Almeida (2005) ressalta que o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil fez com que ocasionasse, ao longo do tempo, desigualdades regionais. Segundo a autora, muitas dessas desigualdades se acentuaram devido à construção de grandes hidrelétricas tratando especificamente da construção do lago Serra da Mesa, localizado no Noroeste de Goiás. A autora ressalta que as hidrelétricas representam

[...] um formato particular de controle do território. Elas constituem empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões estabelecidas sob a égide do capital industrial-financeiro [...] A construção das hidrelétricas forma enclaves modernos e desdobramentos políticos dela decorrentes tendem a romper com as tramas e com os laços que conformam as relações de identidade com o território, alterando-as ou substituindo-as por outras. [...] uma vez que os habitantes locais passam a se relacionar com outros territórios impostos no ato de construção de barragens e usinas hidrelétricas. (ALMEIDA, 2005, p. 103).

Os ex moradores que tiveram suas terras totalmente inundadas, compraram terras próximas a região do município de Catalão (GO), e outros se mudaram para zona urbana (Foto 7). Estes moradores buscaram reconstituir sua identidade, criando novos laços de vizinhança e amizade, já que o contato com os moradores das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água torna se mais raro pela distância.

Foto 7- comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2007; família atingida pela barragem.



Fonte: Pesquisa de campo: 2007. Autora: Matias, C. A. C.

Esta situação pode ser observada no depoimento de um senhor de 84 anos ex-morador⁶ da Comunidade Anta Gorda em 2009⁷.

Lá era tranqüilo [...] muita amizade, a saúde era pouca mais ainda tinha. Tinha modo de ir na casa dos meus vizinhos, sair pra campear de a pé ou a cavalo [...] lá eu tinha umas criação, tinha um quintal bão, tinha pé de manga, bananal, mandiocal, tinha de tudo, agora aqui cê não vê nem uma galinha na porta. Que gosto tem um terreiro desse? [...] eu sempre sonho que eu tô tirando leite buscando as vaca. Faz três meses que eu tô morando aqui mais pra mim parece que eu tô morando aqui uns três anos [...] A barragem pra nós é um azar na vida. (Informação verbal, Ferreira da Silva. O. Catalão, jun. 2009, apud. Oliveira Ferreira. A. P. da Silva, 2009).

O mencionado senhor faz parte das primeiras famílias da comunidade Anta Gorda, formada pelos Pereira, Ferreira e Cardoso: ele revela em seu depoimento a notória tristeza e a saudade das terras onde morava, ressaltando um costume comum nesta comunidade, a visita entre vizinhos. Ele revela a dificuldade em adaptar-se na cidade. Essa dificuldade é evidenciada, principalmente, com os mais velhos, o que para alguns seria a chance de ter uma vida sossegada, para estes, como revela o depoimento, 'é um azar na vida'.

Segundo a Sr^a. Cardoso, A. da A, após os moradores atingidos pela barragem saírem de suas casas, o proprietário teve um tempo determinado para retirar o que deseja de sua propriedade. Feito isso, uma equipe responsável da Serra do Facão (Sefac) derruba e aterra as casas, seguindo os procedimentos do empreendimento. Os moradores não tiveram nenhum gasto em relação a mudança de sua antiga propriedade para a outra adquirida, todas as despesas foram custeadas pela Sefac. (Fotos 8) e (Fotos 9).

⁶ Entrevista a ex-morador Ferreira da Silva, O. Comunidade Anta Gorda, em sua residência na cidade de Catalão em jun 2009.

⁷ Oliveira Ferreira, A. P. da Silva. GEOGRAFIA, HIDRELÉTRICAS E TRABALHO: o AHE Serra do Facão no vale do rio São Marcos. 2009. Anais XI EREGEO Simpósio Regional de Geografia. UFG Campus Jataí (GO).

Foto 8 - comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2007; propriedade atingida pela barragem.



Fonte: Pesquisa de campo – 2007. Autora: Matias, C. A. C.

Foto 9 - comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2010; casa demolida.



Fonte: Pesquisa de campo – 2010. Autora: Matias, C. A. C.

Os moradores atingidos pela barragem da comunidade Anta Gorda deixaram suas propriedades nos anos de 2007 a 2008. Muitos desses ex-moradores passaram a residir na cidade de Catalão (GO), outros adquiriram terras próximas à região de Catalão em zonas rurais adjacentes. Os proprietários mais velhos sentiram um maior impacto se comparado aos mais jovens, pois moravam há mais tempo na região, tendo dificuldades de adaptação em sua nova propriedade, se comparado aos mais jovens.

O que se verifica nestas Comunidades rurais do município de Catalão, abordadas neste estudo, é que a luta desses produtores rurais não está apenas na busca de melhores rendimentos, mas na reprodução do patrimônio sociocultural em seu território. Percebe-se que estas comunidades passaram por transformações advindas de mudanças ocorridas em todo o Brasil. Houveram transformações na organização social, econômica e cultural dessas Comunidades.

4.2 Cultura e identidade cultural nas comunidades Anta Gorda e Olhos D'Água

A abordagem das comunidades rurais considerar os laços de parentesco, vizinhança, amizade além das relações de solidariedade e ajuda mútua. Os agricultores familiares possuem uma identidade cultural/territorial. Esses aspectos estão presentes nas comunidades

rurais, pois essas relações são mais expressivas. Na comunidade, os homens vivem unidos, uns com os outros com base em relações pessoais estreitas e por sua própria vontade. Para Tedesco (1999), a comunidade é básica na composição do conjunto social e no desenvolvimento do homem. De acordo com o autor, a honra, a terra, a moral, a afetividade, a disposição para o trabalho são condições sociais, vividas e concebidas individualmente, porém autenticados no âmbito comunitário.

A agricultura familiar é marcada pelas tradições, por hábitos e costumes que se perpetuam, pela relação de pertencimento com a terra e com o território. O fundamento desta união é a identidade territorial e a territorialidade, constituídas pelos aspectos materiais e imateriais, onde a identidade social e o sentimento de pertencer podem ser confundidos com a condição de sobrevivência da própria comunidade. Dessa forma, os segmentos baseados no trabalho familiar constituem suas identidades e territorialidades fundadas, especialmente, nas questões de ordem simbólico/cultural, além do sentimento de pertencimento a um dado território e comunidade.

A construção da identidade, não é engessada, mas é sempre dinâmica, não é levantada a partir de diferença ou características próprias. Ela parte da reflexão, ou seja, identificar-se indica identificar-se com o outro, num sentido relacional e dialógico. A identidade se apresenta múltipla e/ou está aberta a múltiplas reconstruções (HAESBAERT, 2007). Para esse autor, a identidade territorial é intercalada por várias outras e seu conteúdo simbólico pode mudar rapidamente no tempo.

Identificar-se parte de um processo reflexivo, um processo relacional, dialógico, inserido numa relação social. A identidade não é algo definido, mas esta em movimento, pois a identidade está em curso, e por estar sempre em processo/relação ela jamais é uma, mas múltipla. Ao analisar a identidade como uma construção social ao longo do tempo, não se deve considerar que as identidades sejam de curta duração no tempo. Sobre o assunto, Haesbaert (2007) expõe que as

[...] identidades sociais manifestam múltiplas durações no tempo. O fato de nunca se manifestarem exatamente como uma “realidade” objetiva “dada”, não implica, obviamente, que as identidades sejam sempre frágeis e de curta duração. Aliás, se formos avaliar a longevidade dos fenômenos sociais nos últimos dois milênios, efetivamente são processos identitários, como aqueles ligados à religião, que tiveram a mais longa duração [...] (HAESBAERT, 2007, p. 52).

Apesar do caráter susceptível às mudanças, as identidades territoriais se manifestam em estilos temporalmente diferentes. Mas por serem sensíveis as transformações, não

significa que sejam necessariamente frágeis. Dentro de um conjunto de fenômenos sociais, os processos identitários territoriais, como os ligados às questões étnicas e religiosas possuem longa duração.

Para Castells (2006, p. 22) a identidade pode ser entendida como “[...] a fonte de significados e experiência de um povo [...]” A identidade é o processo de construção de significado com base num atributo *cultural*, ou mesmo um conjunto de atributos interligados, no qual prevalece sobre outras fontes de significados. O autor afirma ainda que as identidades se identificam com um espaço simbólico, sendo esse social historicamente construído, não sendo algo herdado e transmitido, envolve escolhas, o que resulta na construção de variados sentidos para cada indivíduo ou grupo social, em um determinado tempo e espaço.

Gomes (1999), ao discutir a renovação do debate entre cultura e civilização demonstra que a ideia de comunidade, traduz a imagem de um grupo unido pela semelhança, por tradições e por objetivos e perspectivas. Esse fato é comum no mundo rural, estando esse marcado pelas tradições, hábitos e costumes que se perpetuam, pela estrita relação com a terra e com o local. O autor salienta que o fundamento desta união é a identidade, ou seja, a igual ou quase idêntica distribuição de perspectivas de vida, um sentimento de comunhão.

Wagner e Mikessel (2003), em estudo sobre os temas da geografia cultural, destacam ainda que comunidade é o local onde as pessoas compartilham uma cultura comum, onde as pessoas estão em contato direto e diário, sendo que os indivíduos, objetos e ideias que circulam mais ou menos livre e continuamente.

Torna-se importante aprofundar no conceito de cultura, para assim unir a teoria ao objeto de estudo. O termo cultura tem ganhado destaque no debate acadêmico, pela importância deste termo e representatividade. Nessa seção realizo uma discussão do conceito de cultura, seu significado na geografia, partindo de um panorama da evolução dos conceitos, com base em autores, como Claval (1999/ 2008), Corrêa (1999/ 2009), Eagleton (2005)/Geertz (1989), Gomes (1999) e Sauer, Hatzel, Tylor (2005). “A reflexão sobre a noção de cultura e sobre sua origem nos remete imediatamente ao que hoje denominamos como a “cultura” da época e do lugar onde ela foi concebida[...]” (GOMES, 1999, p. 109).

O significado original da palavra cultura passa pela ideia de habitar, ocupar a terra, plantar o campo, sua origem é romana. A cultura também foi utilizada no sentido de adoração aos deuses, cerimônias religiosas e até mesmo fúnebres. Com o tempo torna-se referência a um conjunto de conhecimentos acumulados, assim a palavra passa a ter um sentido figurado de saber. Cultura se traduz na relação direta com a ideia de educação, comportamento, princípios éticos superiores a outros (GOMES, 1999).

Assim, a palavra “cultura” assume diferentes sentidos, a variar de um lugar a outro, ou da interpretação de um estudioso a outro. Para Gomes (1999, p.120) “[...] a cultura é a principal fonte para a compreensão de comportamentos e hábitos espaciais, organização espacial das coisas e das divisões simbólicas do espaço.”

Até a década de 1940, o interesse da geografia cultural era voltado, principalmente, para as marcas que a cultura imprimia na paisagem ou a noção de gênero de vida, mesmo com diferentes enfoques, nos dois aspectos acentuava a cultura material. Para Claval (1995), os geógrafos valorizaram quatro temas associados ao estudo das relações entre sociedade e natureza: a análise das técnicas, os instrumentos de trabalho, a paisagem cultural e os gêneros de vida. Os três primeiros estão relacionados aos aspectos materiais da cultura, e o último aos aspectos não materiais.

Tylor (2005), ao realizar um estudo etnográfico sobre povos primitivos, concebe a cultura como sendo sinônimo de Civilização. Esse autor é considerado o pai da antropologia cultural pelo fato de ser o primeiro a definir formalmente o termo cultura, é também um dos pioneiros no que diz respeito à ideia de evolucionismo cultural. Este autor aborda a cultura em um sentido hierárquico, pois, a cultura, ou parte dela, passaria por estágios de desenvolvimento. Assim para o autor a cultura

[...] tomada em seu mais amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade. (TYLOR, 2005, p. 69).

A cultura é característica da espécie humana sendo transmitida por meios não biológicos. Para White e Dillingham (2009), o homem é um animal único, pois é capaz de “simbolizar”, de criar, atribuir e compreender significados, lembrando que estes significados não podem ser percebidos e avaliados pelos sentidos, a simbolização foi o primeiro passo para o processo de humanização do homem e para o desenvolvimento da cultura, considerando que o homem é um animal simbolizador e a que a cultura é definida pela simbolização (WHITE; DILLINGHAM, 2009).

Corrêa (1999) ao elaborar um estudo sobre o passado e futuro da geografia cultural aborda “[...] o ressurgimento da geografia cultural se faz num contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo.” (CORRÊA, 1999, p. 51).

Corrêa (1999) ressalta que o conceito de cultura é redefinido pela necessidade de novos paradigmas para compreender a realidade, até então explicada com base nos pressupostos teóricos da geografia positivista e da geografia neopositivista, não conseguindo abarcar a realidade, diante da diversidade social, a primeira publicação do conceito redefinido foi no primeiro número da revista “Géographie et Cultures (1992)” no qual a cultura passa a ser definida

como o ‘conjunto de técnicas, atitudes, idéias e valores’, apresentando assim ‘componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos’; ‘transmitido e inventado’; não sendo constituído pela ‘justaposição de traços independentes’ mas, ao contrário, ‘seus componentes formam sistemas de relações mais ou menos coerentes’; não sendo assimilado igualmente pelos membros de uma sociedade; ‘vivido individualmente’. (CORRÊA, 1999, p. 52, grifos do autor).

Diante dessas mudanças, o autor ressalta que a questão não era estudar a diversidade cultural com base em conteúdos materiais, mas sim perceber a cultura intimamente ligada ao sistema de representações, significados, valores que cria uma identidade mediante relações sociais e espaciais que representa o modo de vida de uma sociedade, não inclui apenas a produção de objetos materiais, mas um sistema cultural de valores morais, éticos, hábitos e significados expressos nas práticas sociais, e um sistema simbólico de mitos e ritos unificadores. O sistema imaginário é a união do sistema cultural e simbólico. Segundo Corrêa (2003) o conceito de cultura,

[...] é liberado da visão supra-orgânica e do culturalismo, na qual a cultura é vista segundo o senso comum e dotada de poder explicativo. É vacinado também contra a visão estruturalista, na qual a cultura faria parte da “superestrutura”, sendo determinada pela “base”. A cultura é vista como um reflexo, uma mediação e uma condição social. Não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada. (CORRÊA, 2003, p.13).

Assim, o conceito de cultura surge a partir das diferentes relações que cada sociedade estabelece no decorrer da história. É um processo dinâmico, está em movimento, se transforma ao receber variações e motivações dos membros do grupo de forma coletiva ou individual.

Eagleton (2005) descreve uma abordagem temporal, histórica e evolutiva, da cultura relacionando está à sociedade. Para o autor, a cultura pode ser produto da humanidade, da política, e ainda estar relacionada com a natureza. A cultura não é estática, mas sim dinâmica, aberta, contraditória e em crise, que se materializa nas “guerras culturais.”

Cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado último: tudo isso está mais próximo, para a maioria de nós, do que cartas de direitos humanos ou tratados de comércio. (EAGLETON, 2005, p. 184).

Para o autor, a cultura ao incorporar uma nova importância política na era pós-moderna pela proximidade, torna-se desconfortável quando gera certa morbidade e obsessão excessiva, fazendo com que o autor defina “[...] é hora de, embora reconhecendo seu significado, colocá-la de volta em seu lugar.” (EAGLETON, 2005, p. 186).

Por outro lado, Geertz (1989), ao analisar antropologicamente as dimensões culturais da política, da religião e dos costumes, defende que no conceito de cultura

é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, a procura do significado. (GEERTZ, 1989, p. 4).

Dessa forma, o autor percebe a cultura como sendo um fenômeno social público cuja origem, conservação e transmissão estão sob a responsabilidade do homem. O importante não é a interpretação e explicação dos fatos de forma isolada, mas o valor do conjunto, como ele é vivido e transmitido.

Claval (2008) mostra que é possível apresentá-las a partir de três perspectivas: a) o estudo das representações; b) a descoberta da corporeidade e de seus ritmos; c) e a análise dos processos culturais. É possível perceber que a cultura se inscreve no território, no qual este abarca as relações sociais, políticas e simbólicas, que de certa maneira, liga o homem a sua terra, desenvolvendo sua identidade cultural.

Diante dessas considerações sobre cultura, subentende-se que a cultura nas comunidades analisadas, ocorre a partir dos símbolos, valores, ritos, crenças, modos de vida que se manifestam no cotidiano das famílias através das festas, das relações de vizinhança, de cooperação mútua, do trabalho e se concretizam na comunidade.

Nota-se que as comunidades rurais Anta Gorda e Olhos D’água no município de Catalão (GO) apresentam características como compadrio, parentesco e amizade, sendo a solidariedade e a reciprocidade frequentes em alguns casos. O sentimento de pertencimento com o território esta presente em seu cotidiano sendo esse, um forte aspecto na constituição da identidade dos agricultores familiares. É preciso levar em consideração, as relações de

poder e as novas relações impostas pelo sistema capitalista, em que os sujeitos tornaram-se individualistas.

5 AS COMUNIDADES DE ANTA GORDA E OLHOS D'ÁGUA: resistência frente às transformações

A constituição da história das comunidades analisadas é uma maneira de se compreender as formas de organização desses produtores em seu território. Para Haesbaert (2001), a identidade territorial só ocorre efetivamente quando um referente espacial se torna elemento central para a identificação e ação política do grupo. Por meio de depoimentos e relatos de quem vivenciou os fatos e acontecimentos, tendo como base a vida simples marcada por relações de trabalho, terra e família, formando uma identidade característica. Quando iniciei esta pesquisa defrontei-me com parte da história de minha família. Os moradores não souberam informar a data exata do surgimento da comunidade, mas segundo relatos que minha avó e minha mãe que ouviam as histórias de meu bisavô (já falecido), a comunidade surgiu aproximadamente na segunda metade do século XIX.

Segundo a Sr^a. Matias, A. C. F a mais ou menos cinco gerações um senhor da família Pereira, que na época era proprietário de praticamente toda Anta Gorda, na sede de sua fazenda foi surpreendido por uma índia muito bonita que viera para roubar arroz no 'pilão.' Vendo a bela índia ele a pegou no laço e tomou-a por sua esposa. Teve mais de doze filhos, que, quando crescidos, se casaram e os pais lhes sediam um pedaço de terra. Até a geração de meu bisavô, J. P. da Fonseca, a família possuía muitas terras na região da comunidade, sendo que uma das fazendas onde realizei as entrevistas foi dele. (Foto 10)

Foto 10- comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2010; antiga sede, do Sr. J. P. da Fonseca.



Fonte: Pesquisa de campo - 2010. Autora: Matias, C. A. C.

O Sr. Joaquim teve três filhos de sangue quando era casado com minha bisavó, (Fonseca, A. P.) que morreu em janeiro do ano de 1966, deixando a herança para meu bisavô popularmente conhecido por ‘Nenzinho’, boiadeiro vindo de Minas Gerais. O Sr. Nenzinho era uma pessoa muito conhecida na comunidade. Ele, por ter condições financeiras, cuidava das crianças órfãs até que se casassem, pois, a expectativa de vida naquela época era muito baixa. No ano de 1990 dividiu parte de suas terras com os filhos casados, e o restante vendeu e foi morar na cidade, pois sua saúde estava muito debilitada (Informação verbal, Matias, A. C. F. distrito de Santo Antônio do Rio Verde, dez. 2010).

Os moradores da comunidade Olhos D’água não informaram a data precisa do surgimento da comunidade. Segundo eles a comunidade era parte da região dos barreiros. As primeiras famílias eram os Lopes. O Sr Chico Lopes foi morar na comunidade que até então se denominava Barreiro, conforme os filhos foram se casando, recebiam um pedaço de terra próximo da sede. Segundo moradores da comunidade Olhos D’água a comunidade se constituiu cerca de sessenta anos posteriores a Anta Gorda. Nas primeiras décadas, pelo fato da comunidade ser recém formada e o número de moradores ser baixo, esses participavam dos eventos socioculturais na comunidade Anta Gorda.

Em entrevista com o Sr. Filho, C. C. o mesmo explicou que a comunidade Anta Gorda possui este nome, porque

[...] tinha um ribeirão lá na comunidade, onde mataram uma anta bem gorda, daí, esse ribeirão ficou conhecido como Anta Gorda, sendo referência para o lugar. E tinha tamen a Antinha que ficava por baixo do ribeirão no Orimar. O que dividia acima do ribeirão era Anta Gorda e abaixo era Antinha, gerando o nome da comunidade que tá até hoje. (Informação verbal, Filho, C. C, dez. 2010).

Com o passar do tempo, a divisão que existia entre Antinha e Anta Gorda se extinguiu, se tornando somente Anta Gorda. Segundo a Sra. Pires, N. B, (Informação verbal, Fazenda Anta Gorda, dez. 2014, 78 anos) que a mais ou menos cinquenta e cinco anos mora na comunidade, informou que as famílias mais antigas e tradicionais da região, da qual se recorda, eram dos Pereira, Ferreira e Cardoso. Salientou que era comum a família ser numerosa, com número entre cinco e quinze membros por família. Essa informação também foi citada por moradores mais antigos da comunidade Olhos D’água.

As casas rurais eram em sua maioria, grandes e com janelas tradicionais de madeira, o que proporcionava uma boa ventilação. O piso era de chão batido. As casas eram divididas em sala de visita, quartos, varanda na saída da sala, cozinha e dispensa, e eram feitas de tijolos de adobe (produzidos com barro misturado com capim picado). Os produtores se baseavam

nas fases da lua e no sol para definir o período certo das plantações e para realizar os cuidados com os animais, entre outras práticas, muitos sabiam as horas pelo sol, isso quando não tinham o rádio, por volta dos anos 1970 praticamente todas as famílias possuíam rádio.

Cada membro da família era responsável por uma função na propriedade. Desde pequenas, as crianças recebiam uma função. Os filhos começavam cedo no trabalho, entre oito e nove anos já acompanhavam os pais no campo. As filhas acompanhavam as mães, ajudando na busca de água nos regos e córregos e na busca de lenha.

Sobre o trabalho infantil, Mendes (2008) afirma que a dedicação das crianças servia como ferramenta na construção de costumes ligados aos significados do trabalho no modo de vida rural, pressuposto da formação cultural de pessoas honestas, dignas e de boa índole. A autora ressalta que

[...] assim, a transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho. As crianças começam a acompanhar seus pais no trabalho desde cedo. O conhecimento técnico, apreendido no decorrer da formação cultural dos descendentes, é visto como essencial para assegurar a sua própria reprodução. A terra para esse segmento de produtores encerra um conjunto de significados morais, de valores e de possibilidade de reprodução da estrutura social e o domínio do saber trabalhar permite ao homem a constituição de nova família, revigorando a relação entre trabalho, terra e família. (MENDES, 2005, p. 62).

A Sra. Campos, N. C. F. ex-moradora da comunidade recorda as funções e ‘aventuras’ que viveu em sua infância. Em seu depoimento tem-se um misto de saudade de um tempo que não volta e um tom bem humorado, marcas de seu trabalho e suas memórias do passado através de situações cômicas de sua infância. Segundo ela, desde pequena ajudava na lida da fazenda, plantava roça por parceria do outro lado do rio, região denominada Segredo.

Para Candido (1998), a parceria consiste em alguém que fornece a terra para que outro produza, sendo que o dono da terra tem direito sobre parte dos produtos obtidos, ou seja, alguém cede a propriedade ou parte dela para ser cultivada, dividindo a produção entre dono e parceiro no valor estipulado.

A entrevistada relatou, ainda, como era a divisão de trabalho na sua família, composta por quatro irmãos (sendo um homem, o mais velho e três mulheres). A irmã mais velha ficava em casa era a responsável pelas refeições, costurava para família, fazia os queijos, apartava as vacas, dentre outras funções, o restante da família, atravessava o rio de canoa todos os dias para cuidar da roça que seu irmão tocava. Ela relembra que desde os nove, dez anos ajudava na roça, com o preparo da terra (roçava a terra, o pai queimava a vegetação, tinha que retirar as raízes e os tocos queimados catados à mão, função dela e da irmã). O

arado era puxado por boi ensinado, guiado por ela e seus irmãos. A carpideira era puxada pelo cavalo que também era guiado, mas era preciso outra pessoa atrás, firmando a carpideira, sendo este serviço dos mais velhos.

Eles plantavam arroz, milho, feijão, melancia, amendoim, algodão dentre outras culturas. A família tocava, em média três roças por ano. A colheita rendia cerca de oito carros de milho, quinze a vinte sacas de feijão, oitenta a cento e vinte sacas de arroz, oito a dez sacas de amendoim, em média trinta a quarenta arrobas de algodão (400 kg) o algodão era usado para o preparo dos enxovais das filhas, sendo tecidas no tear.

Naquela época não havia água encanada, nem energia, era necessário buscar água na mina ou rego d'água, com o balde de vinte litros, muitas vezes enchia duzentos litros d'água por dia, para os fins de consumo. As roupas e vasilhas também eram lavadas na mina ou rego d'água. A primeira vez em que essa família utilizou água encanada foi através do carneiro (instrumento de ferro instalado na mina d'água ou no córrego, que bombeia água), porém, não tinha muita força, mas o mesmo foi utilizado por um ano, depois a água passou a ser puxada através de motor movido a óleo diesel até o ano de 1995, período que chegou a energia elétrica nas comunidades Anta gorda e Olhos D'água. O Sr. Cardoso, C. explica que se associou com seis fazendeiros para puxar energia até suas respectivas sedes, para diminuir os custos. Ele revela, ainda, que a energia melhorou e facilitou a vida dos moradores.

Os produtores, das comunidades estudadas, convergem entre a modernidade, o conforto, versus a tradição, é uma forma de manter sua memória, repassando valores aos seus descendentes, para que estes mantenham a relação de identidade com o território a qual passa por transformações.

5.1 O conceito de comunidade: uma discussão para compreender a reprodução da agricultura familiar

A agricultura familiar apresenta diversidades e diferenciações regionais, por isso, são necessários estudos e análises, para se compreender as formas de organização, reprodução e dificuldades desse segmento. Com o intuito de conhecer essas especificidades locais, abrangendo um quadro teórico mais amplo. Nessa seção serão analisadas as comunidades abordadas na dissertação.

Segundo Mendes (2005), as comunidades do município de Catalão (GO) surgiram no final do século XIX, quando as primeiras famílias pioneiras chegaram à região, atraídas pela construção da rede ferroviária. Nessas comunidades percebem-se fortes laços de parentesco, vizinhança, compadrio e amizade, além da formação de um patrimônio cultural próprio como as importantes práticas religiosas, observadas através das tradicionais festas religiosas do modo em que estes moradores vivem.

Para Maciver e Page (1973) onde quer que membros de qualquer grupo vivam juntos, de modo que partilhem de interesses comuns, chama-se esse grupo de comunidade. A comunidade é como uma área de vida social caracterizada por certo grau de conexão social. Para esses autores, as bases da comunidade são localidades e sentimentos de localidade “[...] tem que haver vida em comum com a noção de que se compartilha tanto de um modo de vida quanto da terra comum” (MACIVER; PAGE, 1973, p. 124). Nesse sentido, utilizamos Buber (1987), que reforça os vínculos existentes na constituição da comunidade, o pertencimento a terra, o trabalho, os costumes, a religiosidade. O autor afirma que,

[...] comunidade é a expressão e o desenvolvimento da vontade original, naturalmente homogênea, portadora de vínculo, representando a totalidade do homem [...] Comunidade é a ligação que se desenvolveu mantida internamente por propriedade comum (sobretudo de terra), por trabalho comum, costumes comuns, fé comum [...] (BUBER, 1987, p. 50).

Corroborando com o autor, Sabourin (2009) analisa a comunidade como um território marcado por um sistema de parentesco, de interdependência econômica e em atividades e instituições locais, e ainda com relações de pertencimento e fortemente marcadas pela religião. As comunidades estão estruturadas assim em torno da produção agrícola e da religião que é um dos principais valores simbólicos de referência comum.

Wirth (1973) salienta algumas particularidades como: a) uma base territorial; b) a distribuição de homens, instituições e atividades no espaço; c) uma vida em conjunto fundada no parentesco; e d) uma vida econômica baseada em mútua correspondência de interesses, caracteriza uma comunidade. Segundo esse autor, os homens vivem em comunidade pelas coisas que tem em comum, e é através da comunhão que passam a manter. As esperanças e os ideais comuns e o mecanismos de comunicação e de interação social existem na linguagem, nos símbolos coletivos, nas leis e costumes e, principalmente, numa herança social que há entre os indivíduos pertencentes a uma comunidade.

Wagner e Mikessel (2003), em estudo sobre os temas da geografia cultural, reforça a ideia de que comunidade é o local onde as pessoas compartilham uma cultura comum, onde as

pessoas estão em contato direto e diário, sendo que os indivíduos, objetos e ideias circulam mais ou menos livre e continuamente. Assim, os membros das comunidade necessitam viver juntos partilhando as condições básicas de uma vida em comum. Venâncio (2008) analisa a comunidade como,

[...] um grupo cujos estilos de vida são semelhantes e o auxílio mútuo fácil [...] Nasce das relações múltiplas impostas pela co-habitação. Acrescenta-se a isso um sentimento de lugar, do território como patrimônio comum, quer a propriedade total ou parcialmente coletiva, quer a privada. Na comunidade, todos são batizados na mesma igreja, freqüentam a mesma escola e são enterrados no mesmo cemitério. A partir dessas realidades, ampliam-se os círculos de lugares em que pertencem, pode se sentir próximo aos habitantes da região que apresentam o mesmo falar, o mesmo modo de cozinhar, o mesmo modo de vestir, além de estarem ligados pelos laços de parentesco. (VENÂNCIO, 2008, p. 91).

A comunidade para Tedesco (1999) é a mediação que o indivíduo precisa para se apropriar e viver em seu meio social estabelecido por valores homogêneos, o sistema de reciprocidade, por atos de ajuda mútua e de solidariedade que não visam somente à produção de valores de uso ou de bens comuns a partilhar, mas também a criação de um vínculo social que tende a ampliar as relações sociais e afetivas através do compartilhamento dos recursos. Para Tedesco (1999),

a idéia de comunidade rural enfatiza tipos de relações caracterizadas por ligações afetivas estreitas, profundas e duráveis, um engajamento de natureza moral, adesões comuns, grupos de interesses tendo em comum um território. Porém, não se pode perder de vista especificidades de ocupações, apropriação do solo, explorações do solo, relações de força, resistência e coesões, grupos de pressão que também a estruturam. (TEDESCO, 1999, p. 79-80).

Cândido (1998) em seu estudo sobre o caipira de São Paulo propõe a substituição do termo “comunidade” para o conceito de “bairro”. Os bairros seriam as estruturas fundamentais da sociabilidade caipira, onde haveria um agrupamento de algumas famílias, que estariam vinculadas ao sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e atividades religiosas.

Mendes (2008) ressalta que as comunidades rurais, apresentam um alto índice de parentesco, onde as famílias estabelecem uma organização de vizinhança, criando um sentimento de localidade e identificação. “A comunidade torna-se o fundamento da vida em comum, representando uma construção social assentada em laços sanguíneos, na tradição, nos costumes, no trabalho e na fé.” (MENDES, 2008, p. 145).

Cada vez mais se percebe a necessidade de revitalizar as comunidades locais, principalmente nas regiões rurais, pelo fato das pessoas verem na agricultura e em seu trabalho cotidiano não só como um modo de produzir, mas também de viver, renascendo uma forte necessidade de identidade territorial e cultural e de pertencimento, o que fortalece a valorização da particularidade, das diferenciações regionais e étnicas. As famílias buscam mecanismos para manter-se em seu território e organizar-se para a realização de sua existência plena, constituição da sua história de vida, o que ocorre no universo de uma vida simples, de muitas lutas no trabalho árduo do dia a dia, onde o trabalho, a terra e a família, faz parte da consolidação de sua história.

Nas comunidades rurais, os indivíduos ou o grupo, se identificam por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de união social, com valores, tradições, sendo passados de geração a geração, reforçando os laços de pertencer a um grupo que se identificam e se reconhecem. Dessa forma, a comunidade está diretamente ligada à tradição, a valores, hábitos, e costumes em uma relação de identidade e pertencimento com o local. A comunidade pode ser concebida como um grupo coeso, onde as pessoas estão ligadas pela cultura, pelo parentesco, por relações de confiança, modos de vida, ideais comuns. A próxima seção discorre sobre as relações socioeconômicas das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água.

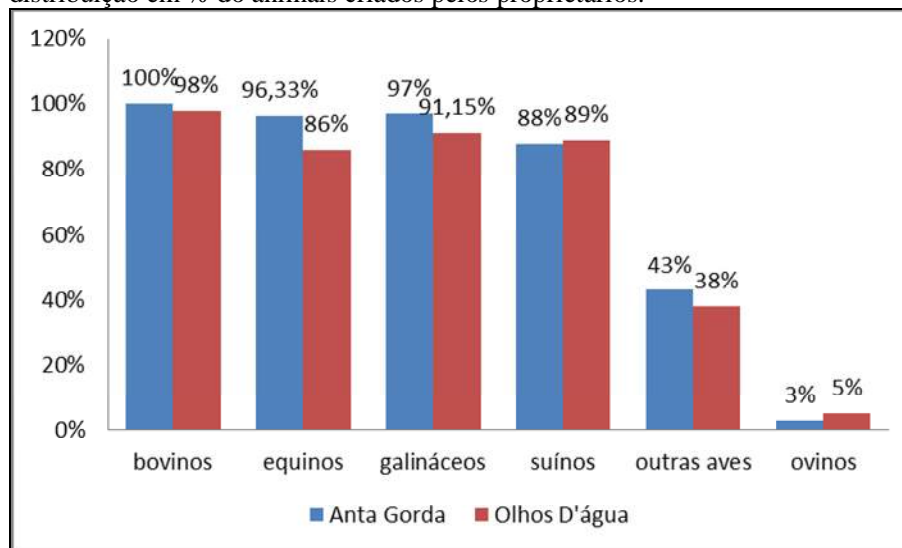
5.2 A vida econômica nas Comunidades Anta Gorda e Olhos D'Água

Os produtores familiares das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água lançam mão de várias estratégias para garantir sua sobrevivência, dentre elas pode se destacar a produção de frutas, de hortifrutigranjeiros, mandioca (macaxeira, aipim), milho e cana-de-açúcar para o consumo familiar e a criação de animais (bovinos, suínos, galináceos), no qual os derivados são comercializados como o queijo, o leite.

Dentre os principais animais criados pelos agricultores familiares destacam-se, bovinos, suínos, equinos, galináceos e outras aves. Na comunidade Anta Gorda 100% dos entrevistados possuem bovinos, 96,33% têm equinos, 97% possuem galináceos, 88% criam suínos e 43% possuem outras aves, um proprietário possui ovinos. Esse fato é semelhante na comunidade Olhos D'água 98% dos produtores entrevistados possuem bovinos, 86% tem

suínos, 91,15% tem equinos, 89% possuem galináceos e outras aves são criadas por 38% dos produtores entrevistados e 5% possui ovinos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – comunidades Anta Gorda e Olhos D'água, Catalão(GO): 2013/2014; distribuição em % do animais criados pelos proprietários.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013/2014. Org. Matias. C. A. C.

Nas comunidades em estudo os suínos, galináceos, equinos e outras aves são destinados em grande parte para o consumo familiar. Em ambas as comunidades 76% da produção de suínos é, exclusivamente, para o consumo familiar. Quanto aos galináceos, na comunidade Anta Gorda 86% da produção é destinada para o consumo familiar e na comunidade Olhos D'água 98%. Todos os equinos e as outras aves são apenas para consumo familiar (Fotos 11 a 14). Observa-se, que mesmo a pecuária sendo a principal fonte de rendimentos das comunidades, há um consenso entre os produtores que o valor das despesas na compra de medicamentos é alto comparado com os lucros obtidos com a produção. Sendo a média mensal em torno de R\$140,00. Considera-se, ainda, a instabilidade dos preços e a variação na quantidade da produção.

Foto 11 - comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2014; rebanho de bovinos.



Fonte: Pesquisa de campo – 2014. Autora: Matias, C. A. C.

Foto 12 - comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2010; equino.



Fonte: Pesquisa de campo – 2014. Autora: Matias, C. A. C.

Foto 13 - comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2013; criação de suínos.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. Autora: Matias, C. A. C.

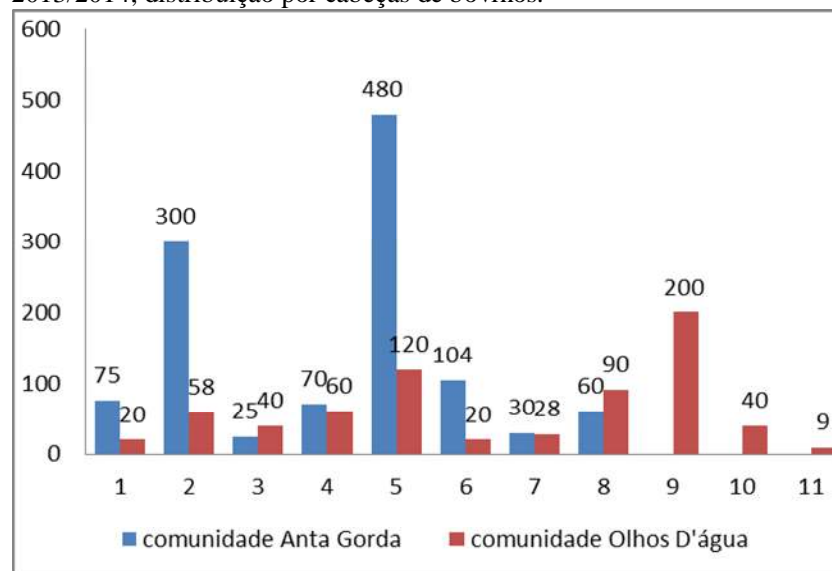
Foto 14 - comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2013; criação de galináceos e outra aves.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. Autora: Matias, C. A. C.

Na comunidade Anta Gorda os bovinos representam um total 1.144 cabeças. Na comunidade Olhos D'água o total de cabeças é 852. Nota-se, que na comunidade Anta Gorda os produtores possuem quase o dobro de bovinos comparado à outra comunidade, esse fato é devido o tamanho das propriedades e, conseqüentemente, a disponibilidade de pastagens. Como observado na Tabela 10, o tamanho das propriedades da comunidade Anta Gorda são superiores comparado à comunidade Olhos D'água (Gráfico 2).

Gráfico 2 - comunidades Anta Gorda e Olhos D'água, Catalão (GO): 2013/2014; distribuição por cabeças de bovinos.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013/2014). Org.: Matias. C. A. C.

A principal finalidade da produção de bovinos nas comunidades é o leite. Na comunidade Anta Gorda 91% dos produtores de bovinos produzem leite e na comunidade Olhos D'água 93%. A média de produção de leite na comunidade Anta Gorda é de 200 litros/dia e na comunidade Olhos D'água é de 68 litros/dia (Foto 15).

Salienta-se que na comunidade Olhos D'água prevalece um menor índice de criação de bovinos. Esse fato explica-se porque mesmo que a principal finalidade seja o leite, na comunidade Anta Gorda alguns produtores (50,04%) conciliam na mesma área, gado de corte, cria e recria.

Em ambas as comunidades, os queijos produzidos na propriedade, são comercializado para queijeiros (pessoas que vão até as casas e compram o queijo dos produtores) eles passam quinzenalmente nas comunidades. A média de preço do kg varia de R\$8,00 a R\$9,50 (Foto 16). Segundo informações dos agricultores, o mercado para os queijos de produção tradicional são, principalmente, Brasília (DF) e São Paulo (SP).

Foto 15 - comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2010; produtor fazendo a ordenha do leite.



Fonte: Pesquisa de campo – 2010. Autora: Matias, C. A. C.

Foto 16 - comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2010; produção de queijo.



Fonte: Pesquisa de campo – 2010. Autora: Matias, C. A. C.

Quando questionados sobre o porquê de fazerem queijo, responderam que é pela fartura que o queijo traz, pois com o soro⁸ alimentam os suínos e, até mesmo, galináceos e cachorros (Foto 17). Os moradores dessas comunidades conciliam essa renda com a criação de porcos (para o sustento, vendendo o excedente), galinhas, alguns plantam milho e cana somente para consumo do gado, além de mandioca e hortaliças para o consumo próprio. Sendo que nas comunidades abordas por Mendes (2005), Venâncio (2008) e Martins Silva (2008) demonstra que nessas Comunidades é comum as famílias plantarem mandioca para a fabricação de polvilho e farinha para o consumo e também para a venda de excedente.

⁸ Produto derivado do leite obtido após a inserção de coalho (substância própria para coalhar o leite) no leite para que seja preparado o queijo e se obtendo o soro.

Foto 17- Propriedade da Comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): morador colocando soro aos suínos (porcos) - 2010.



Fonte: Pesquisa de campo Catalão (GO) - 2010. Autora: Matias, C. A. C.

Três proprietários da comunidade Anta Gorda fazem queijo de toda a produção do leite, porém mesmo quando entregam o leite (seis proprietários) todos os produtores das duas comunidades rurais fazem queijo para as despesas da família, produzindo o soro, que é aproveitado para os suínos. A produção de leite nas comunidades analisadas é vendida formalmente, para o Laticínio Ipamerino (Campo Alegre de Goiás - Ipameri), recolhido de três em três dias, a maioria dos produtores possuem tanques de resfriamento com capacidade para 500 litros, sendo que na comunidade Olhos D'água há um tanque com capacidade para 1.000 litros pertencente à comunidade e recebe leite de três produtores que não tem tanque de resfriamento. Seis, dos treze produtores entrevistados fazem queijo de toda a produção do leite. A média de preço paga aos produtores, pelo leite, é de R\$ 0,90 o litro.

Devido à falta de disponibilidade das pastagens para os bovinos, 34,71% dos produtores da comunidade Olhos D'água e 30% na Anta Gorda, os outros proprietários entrevistados das duas comunidades analisadas utilizam rotação de pastagem. Essa estratégia consiste em dividir o pasto, enquanto os animais estão em uma determinada área, a outra recupera, garantindo um melhor rendimento dos bovinos. Outra técnica empregada nas comunidades é a suplementação alimentar com mineral, ração, grãos e produtos agroindustriais. Na comunidade Anta Gorda, 88% dos produtores fazem uso e na comunidade Olhos D'água 84%.

Outra estratégia utilizada pelos produtores nessas comunidades é o aluguel de pastagens em áreas próximas aos estabelecimentos. Na comunidade Anta Gorda 29% utilizam aluguel de pastagens, principalmente, no período de seca (maio a setembro). Na comunidade Olhos D'água 37% recorrem a essa alternativa. Caume (1997), explica que a predominância da produção leiteira entre os produtores familiares de Goiás é uma estratégia produtiva. Isso ocorre por um conjunto de fatores tanto estruturais quanto conjunturais, como a) dificuldade no ingresso competitivo no mercado como as lavouras de milho e soja; b) disponibilidade de terras; e c) expansão de agroindústrias processadoras de leite na região.

A produção de hortifrutigranjeiros é diversificada. Nessas comunidades é essencial para os rendimentos dos estabelecimentos, mesmo que esses produtos sejam destinados para o consumo familiar. Colabora para os rendimentos, pois os agricultores evitam gastos na compra destes. Dentre os hortifrutigranjeiros mais comuns estão as verduras, alface, batata doce e/ou inglesa, cenoura e/ou beterraba, feijão vagem, repolho e/ou couve, as especiarias, pepino, jiló, chuchu, abóbora ou moranga, limão rosa e/taiti, mamão, banana (nanicão, nanica, marmelo, prata, oura, maçã, terra), e plantas medicinais (Tabela 1).

Tabela 1- comunidades Anta Gorda e Olhos D'água, Catalão (GO): 2013/2014; produção de frutíferas em %.

Descrição das frutíferas	Anta Gorda	Olhos D'água	Média
Cítricas (laranjas, limoeiro, etc.)	100	93,70	93,7
Goiabeira	94	89	91,5
Abacateiro	69,90	82	75,95
Mamoeiro	82,75	88,90	85,82
Mangueira	100	100	100
Bananeira	100	100	100
Abacaxi	21,33	30,22	25,77
Acerola	92,80	94,66	93,7
Jambrocha	47,66	50,33	48,99
Caju	38	42,66	40,3
Figo	48,60	43,88	44,04
Pêssego	46,32	39,76	50,33
Pequi	48,66	52	

Fonte: Pesquisa de campo – 2014. Org. Matias, C. A. C.

A produção nas comunidades é diversificada. Dentre os principais produtos destaca-se: ovos, açafrão, polvilho, farinha de mandioca e doces. Em ambas as comunidades os excedentes dos produtos são comercializados, exceto os doces que tem grande variedade como leite cremoso, em pedaço, goiabada, mamão espelhado, em pedaço, cristalizados, casca de laranja da terra, limão rosa, figo, dentre outros que é destinado, exclusivamente, para o

consumo familiar. Não é possível calcular o total produzido por ano, a quantidade destinada para o comércio e os rendimentos, já que os produtores não fazem controle dessa produção.

A diversidade da produção é uma característica marcante nas comunidades analisadas. Sobre o assunto, Caume (2005) nota que a diversificação de atividades pode ser considerada tanto na perspectiva de constituir uma estratégia do produtor para evitar riscos da especialização (altos custos e preços baixos), adaptando seu sistema aos recursos produtivos de que dispõe, principalmente escassez de terra e capital. E, pela incapacidade de ter acesso aos capitais necessários à adoção de um sistema especializado orientado para o mercado.

Observa-se que a maioria dos produtos e derivados é destinada para o consumo familiar e, em alguns casos o excedente é comercializado, sendo uma estratégia para aumentar sua fonte de renda e contribuindo para a reprodução desse segmento. A produção destinada à satisfação das necessidades do grupo familiar representa uma forma efetiva de rendimentos, indispensável a sua reprodução. Observa-se, que a produção de milho, mandioca, frutíferas, hortifrutigranjeiros e a pecuária diversificada e de pequena escala (gado de leite, suínos, galináceos), são atividades predominante nas unidades. Isso demonstra que os produtos que fazem parte da dieta alimentar da família são privilegiados nas estratégias produtivas.

As comunidades estudadas apresentam média de terras inferior a 160ha, (exceto uma propriedade da comunidade Anta Gorda que apresenta 240ha), o que de acordo com a FAO/INCRA pode ser considerado agricultura familiar, porque segundo seus critérios a agricultura familiar deve ter seis módulos fiscais quando se trata de pecuária familiar, como é o caso de ambas as comunidades.

O sentimento de pertencimento pode ser verificado pelo tempo de residência dessas famílias na região. Aspecto esse que ressalta a relação de identidade com o estabelecimento, já que parte das propriedades foi repassada de geração a geração, sendo que 26,4% das propriedades foram adquiridas por herança e 17,2% foram adquiridas por meio de herança conciliada por compra, 46,6% são das propriedades adquiridas por compra, e 9,8% representam às propriedades adquiridas por concessão de uso verbal dos pais (sendo que a concessão de uso ocorre apenas na comunidade Olhos D'água). Em ambas as comunidades há o sentimento de pertencimento com a propriedade. Esse fato é expresso pelo tempo em que residem nas propriedades. Na comunidade Anta Gorda.

Para Mendes (2005), as propriedades do município de Catalão (GO) que são provenientes, exclusivamente, de compra apresentam melhores estratégias de produção e rendimentos, enquanto, as propriedades de concessão de uso e as propriedades herdadas

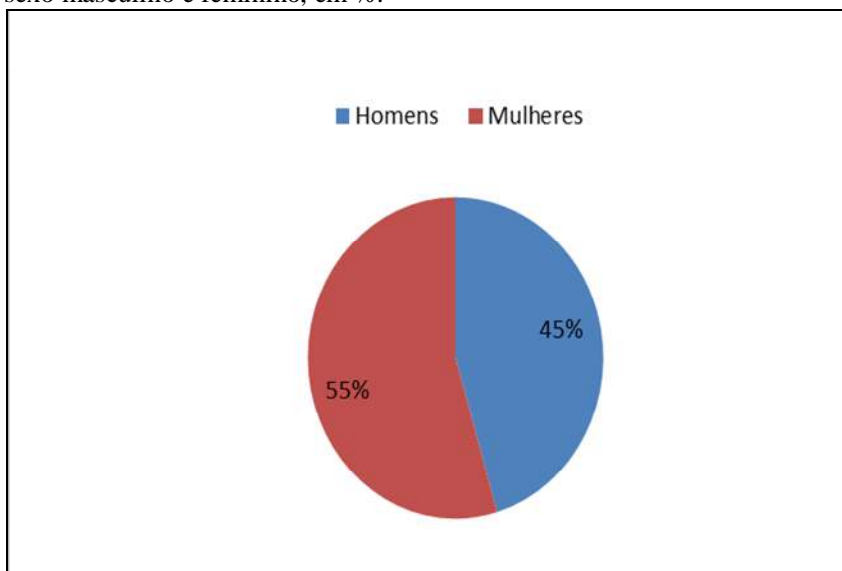
apresentam rendimentos menores, provocando o assalariamento temporário do chefe da família e de seus filhos ou mesmo a migração dos filhos, geralmente os mais jovens.

Na comunidade Olhos D'água existe a concessão de uso, conferidas para os filhos. Com a dificuldade dos filhos em adquirir terras quando se casam faz com que os pais lhes concedam uma parcela de terra para morar e trabalhar, assegurando a permanência de parte dos filhos na propriedade. Caume (2005) ressalta que a concessão de uso pode criar uma situação que comprometa a reprodução dos mesmos através da redução da área disponibilizada para cultivo e, conseqüentemente, a diminuição da renda da família. A concessão de uso, também, pode ser concedida para outras pessoas que não são da família, mas na comunidade esse fato não é verificado.

Quanto à estrutura fundiária, nota-se certa diferenciação de tamanho entre as unidades familiares das comunidades. Assim, na comunidade Anta Gorda, a área média das explorações pesquisadas é em torno de 64,4 alqueires, enquanto na comunidade Olhos D'água, essa média está em torno de 23,5ha. Em Catalão, o módulo fiscal do INCRA é de 40 hectares. Considerando o tamanho das propriedades da comunidade Paulistas, pode-se afirmar que o quadro é favorável para a agricultura familiar em relação às possibilidades de acesso a terra. Mas, deve-se considerar as condições naturais dos solos da região e a falta de políticas públicas (federal, estadual e municipal) e assistência técnica especializada voltada para o segmento, explicando o fato que mesmo dispondo de elevada quantidade de terras os resultados econômicos alcançados mostram-se muitas vezes insuficientes à reprodução das unidades produtivas e por que a terra é utilizada preferencialmente para a exploração da pecuária.

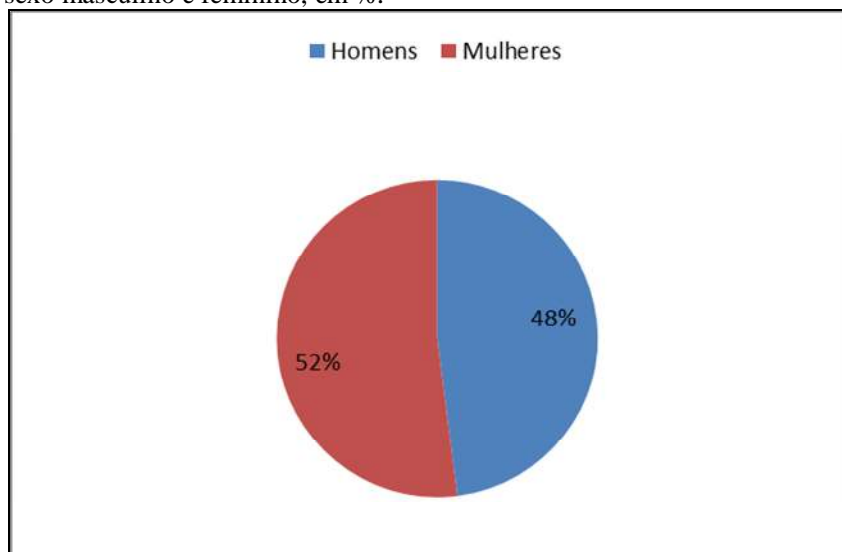
No município de Catalão 50,24% da população é do sexo masculino e 49,75% do sexo feminino. Na área rural o índice de homens é 56,18% e de mulheres 43,81%. Em contrapartida, no meio urbano o número de mulheres é superior com uma média de 50,16% e de homens representam 49,83% da população. Ressaltando que o município conta com um total de 86,647 habitantes, em que 81.064 residem na área urbana e 5.583 na área rural (SEPIN, 2010). Diferentemente, das outras comunidades rurais do município de Catalão, as abordadas apresentam um número maior de mulheres, isso se justifica pelo fato de ter um número maior de filhas, e mulheres viúvas. (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3 – comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2014; população do sexo masculino e feminino, em %.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Org.: Matias, C. A. C.

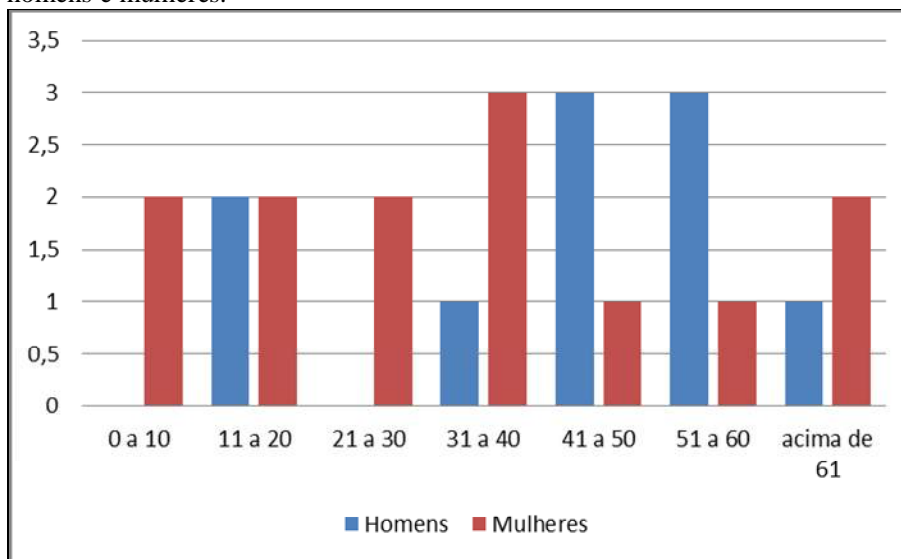
Gráfico 4 - comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2013; população do sexo masculino e feminino, em %.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Org.: Matias, C. A. C.

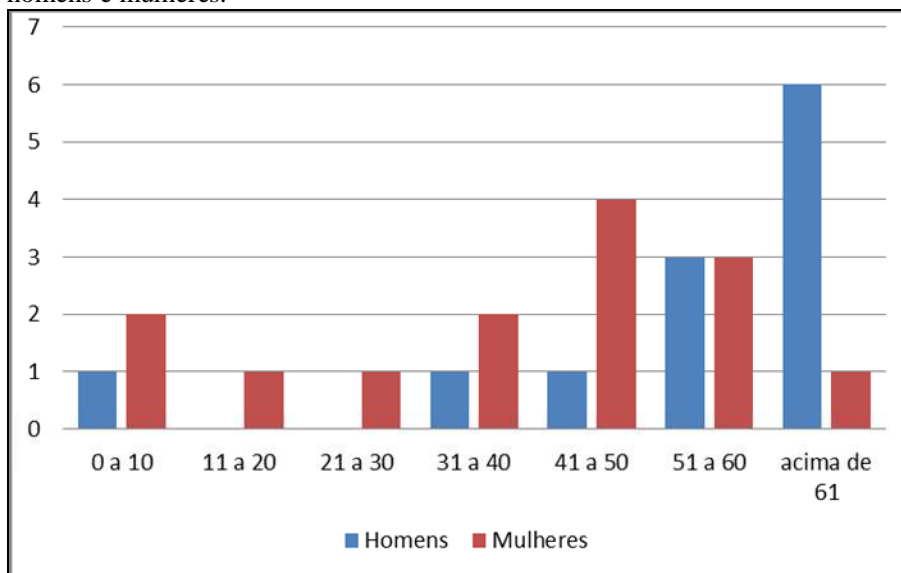
Em ambas as comunidades verificou-se o envelhecimento populacional, o que favorece o elevado índice (44,05%) de aposentadorias. O envelhecimento da população é decorrente da migração dos jovens para as cidades em busca de emprego e estudo e a queda da fecundidade. É importante ressaltar que a aposentadoria é uma complementação de renda essencial para os produtores rurais de ambas as comunidades (gráfico 5 e 6).

Gráfico 5 - comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2014; Idade média dos homens e mulheres.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Org.: Matias, C. A. C.

Gráfico 6 - comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2013; Idade média dos homens e mulheres.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Org.: Matias, C. A. C.

Nessas comunidades, a média de idade dos homens é de 48,8 anos e 36,8 anos para as mulheres. A aposentadoria representa para os produtores rurais a oportunidade de uma renda extra que complementa os recursos gerados na propriedade. Para Tedesco (1999), a aposentadoria nas comunidades rurais é esperada e comemorada, ela remunera fatores de produção na agricultura, melhora a infraestrutura do lar e possibilita o atendimento dos desejos de consumo. A aposentadoria para os produtores rurais não representam o abandono da terra e do trabalho, pois as famílias aposentadas continuam na propriedade.

Na comunidade Anta Gorda, dos 9 produtores entrevistados, um produtor afirma que a renda mensal familiar é entre 1 e 2 salários, dois a renda em salários é entre 2 e 3 salários, três possuem renda entre 3 e 5 salários, um é entre 5 e 10 salários, e um apresentam renda mensal familiar superior a 10 salários. O salário mínimo considerado pelos produtores foi de R\$678,00, pois ainda não haviam recebido o acréscimo do salário de 2014. Com relação a média do tamanho da propriedade é 64ha, esse número é elevado pelo fato de uma das propriedades ter 240ha. Na comunidade Olhos D'água, a média é de 22ha.

Quanto às condições de moradia, verifica-se algumas diferenças entre as residências dos agricultores familiares, conforme afirma Mendes (2005) ao estudar as comunidades do município de Catalão. Muitos dos produtores não têm condições para o conforto de uma construção habitacional mais moderna (fotos 18 e 19).

Foto 18 - comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2014; construção de casa.



Fonte: Pesquisa de campo – 2014. Autora: Matias, C. A. C.

Foto 19 - comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2014; construção de casa.



Fonte: Pesquisa de campo – 2014. Autora: Matias, C. A. C.

Na comunidade Anta Gorda, a média de tempo das construções das residências é de 18 anos. Nessa comunidade também encontram-se construções mais recentes (de 2012, foto 19) construções de alvenaria, estando em melhores condições de conservação. Já na comunidade Olhos D'água a média de tempo das construções das residências é de 20 anos. Nessa comunidade, de modo geral, as residências são construções mais antigas, mas há também construções de 2007. No entanto, apesar da parte exterior apresentar aspectos mais rústicos, seus interiores são conservados, nenhuma residência possui chão batido (fotos 20 e 21).

Foto 20 - comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2013; construção de casa.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. Autora: Matias, C. A. C.

Foto 21 - comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2013; construção de casa.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. Autora: Matias, C. A. C.

A média do tempo de residência dos moradores na comunidade Anta Gorda é de 25 anos. Isso se justifica pelo fato de alguns proprietários que construíram novas sedes pela construção da hidrelétrica Serra do Facão (Sefac). Na comunidade Olhos D'água, a média de tempo dos proprietários é de 33 anos, apesar de historicamente essa ter se fundado cerca de 50 anos após a criação da Anta Gorda.

Ambas comunidades apresentam currais, fato esse justificado pela presença da pecuária leiteira é evidente, também, a presença de chiqueiro/polciga, devido a criação de suínos para o consumo familiar. Nas comunidades é frequente a produção de galináceos, mas esses não são mantidos em galinheiros, ficam no quintal das propriedades. Dos entrevistados, 100% de ambas as comunidades afirmaram que suas propriedades são cercadas e que há acesso a estradas entre as propriedades, a manutenção desses acessos/vias de circulação é realizada pela Prefeitura Municipal de Catalão.

As benfeitoras (como instalações produtivas, acesso, casas, cercas entre outros) valorizam o imóvel. Além de potencializar o processo produtivo como: a) os chiqueiros possuem importância para a produção de suínos, favorecendo tanto o consumo familiar, quanto a renda familiar; b) os armazéns e barracões contribuem no armazenamento de grãos, equipamentos entre outros. Outros fatores importantes são pontos de energia elétrica e a disponibilidade de água. Nas comunidades 100% possuem energia elétrica e 100% água encanada. Esses fatores representam, para os moradores das comunidades, uma melhoria nas condições de vida e mudanças de hábitos.

A energia elétrica para os agricultores familiares possibilita o acesso a eletrodomésticos. Exemplo das mudanças de hábitos, devido ao acesso aos eletrodomésticos pode-se citar: a) a utilidade da geladeira e do freezer, anteriormente a carne dos suínos eram cozidas e conservadas na gordura, ou na salmoura (carne de sol). Atualmente podem ser guardadas nas geladeiras e freezer; b) a máquina de lavar e/ou o tanquinho é outro bem de consumo que facilitou os afazeres domésticos. Com a água encanada, houve uma facilidade, principalmente, para as mulheres, pois antes era buscada em córregos, rios, entre outros, para o consumo doméstico. O uso da energia elétrica e da água encanada, possibilitou a inserção de utensílios domésticos na rotina desses produtores. Com isso o tempo gasto para se realizar uma tarefa doméstica diminuiu consideravelmente, além da praticidade e conforto que estes oferecem, pois a lida no meio rural não acaba. A mulher é responsável pelos afazeres domésticos e auxilia o companheiro como fazer os queijos da produção de leite, cerca de 80% das esposas entrevistadas sabem ordenhar (tirar o leite da vaca).

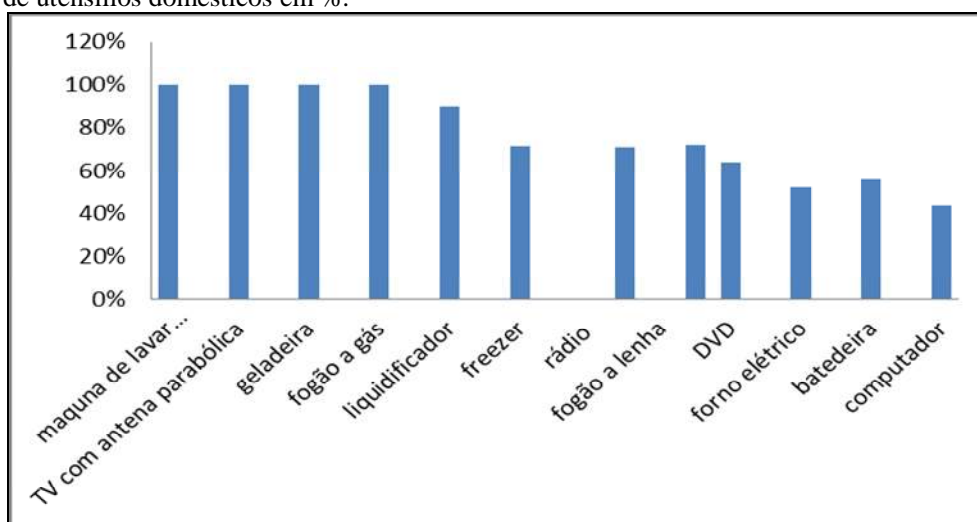
Com relação à energia elétrica nas comunidades, todos os entrevistados afirmaram que a energia elétrica é fornecida pela concessionária Celg. Quanto à procedência da água nas comunidades advêm, principalmente, de mini poço artesiano, cisternas e, água de nascentes. No que se refere ao tratamento da água a domicílio, a maioria dos produtores das comunidades utiliza alguma alternativa para o tratamento da água, mais 39,6% de água é consumida sem tratamento. A falta de tratamento da água nessas residências pode favorecer o aparecimento de enfermidades, uma vez que podem conter presenças de micro-organismos patogênicos capazes de causar doenças e até mesmo epidemias ou substâncias químicas que são nocivas a saúde dos seres humanos. Outro fato importante, condizente ao saneamento básico, é o destino dos resíduos sólidos, pois não há coleta de lixo nessas comunidades. Os agricultores das comunidades optam pela queima, enterram os resíduos, outros depositam em buracos.

Nas comunidades observa-se que o esgoto sanitário referente ao banheiro, vaso sanitário, cozinha e tanque são depositados, sobretudo, em fossas rudimentares. O esgoto da pocilga, estábulo, curral e casa de queijo são lançados direto para o terreno. Verifica-se a precariedade quanto ao esgoto sanitário, o que favorece a contaminação do lençol freático e do solo. Um exemplo comum, nas áreas rurais de Catalão, é o curral acima das residências, assim quando ocorrem precipitações, o escoamento superficial leva os resíduos para as fontes de água (nascentes, cisternas, córregos, rios entre outros).

Com relação aos bens de consumo, dos entrevistados das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água possui: máquina de lavar roupa/tanquinho (100%), TV com antena parabólica (100%),

rádio (71,4%), geladeira (100%), fogão a gás (100%), fogão a lenha (71,9%), liquidificador (90,1%), freezer (71,6%), e telefone celular com antena (91%), o uso da antena se justifica pelo fato de na zona rural não há torres de celulares das operadoras de telecomunicações. Vale ressaltar que o televisor com antena parabólica justifica-se pelo fato que, com a antena comum nessas áreas não é possível sintonizar canal. Outros bens de consumo aparecem com menor índice, como o DVD que representa 54,1%, a bateadeira 44,05% e o forno elétrico com 52,9% (gráfico 7).

Gráfico 7 – comunidades Anta Gorda e Olhos D’água, Catalão (GO): 2013/2014; relação de utensílios domésticos em %.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013/2014. Org: Matias, C. A. C.

O acesso ao serviço de telefonia nas comunidades utilizam o serviço, não havendo o serviço de telefonia fixa. Em ambas as comunidades os celulares têm sinal com antenas instaladas nas residências. Nota-se a presença dos fogões a lenha nas residências, representando uma média de 71,9% nas comunidades. Observa que são feitos de várias maneiras, algumas apresentam aspectos mais rústicos com reboco de barro, esses são, geralmente, fora das residências. Outros são mais modernos e nos interiores das residências, com rebocos de cimentos. Os fogões são utilizados para fazer doces, no preparo de sabão e no cozimento de carnes suínas (carne de lata). As fotos (mosaico) abaixo demonstram alguns tipos de fogões à lenha (foto 22).

Foto 22 - comunidades Anta Gorda e Olhos D'água, Catalão (GO): 2014; fogões a lenha das residências, fabricados de diversas formas (rústicos, tradicionais e aos sofisticados).



Fonte: Pesquisa de campo, 2013/2014. Autora: Matias, C. A. C.

Nas comunidades é frequente o uso das prateleiras (estruturas feitas de madeira/ferro usadas para colocar vasilhas), também é comum o uso de filtros de barro. Com relação aos meios de transporte utilizados nas propriedades 94,8% possuem carro próprio, os outros 5,2% utilizam transporte coletivo e, recorrem à carona. Ambas as comunidades apresentam baixo índice com relação ao acesso às unidades armazenadoras, tratores, máquinas roçadeiras, e implementos. Isso se deve ao custo elevado para a implantação nas unidades. Para muitos

estabelecimentos as unidades armazenadoras são indispensáveis, pois a maioria da produção é de baixa escala, sendo destinada, principalmente, para o consumo familiar. Quanto aos tratores e máquinas é mais viável a contratação de serviço quando necessário, geralmente sendo contratados por hora atividade (foto 23).

Quanto aos equipamentos e utilitários, a maioria dos produtores possui pulverizadores costais, enxada, foice, machado, pá e ferramentas de carpintaria. Pois esses instrumentos são essenciais para o desempenho do trabalho familiar na propriedade, já que sem eles os produtores ficariam limitados com relação aos afazeres da lida na zona rural, considerados simples e rotineiros como, aplicar defensivos nos vegetais, combater parasitas nos animais, capinar, bater/limpeza de pastos, fazer e manter as cercas dentre outros afazeres. A carroça é comum nas propriedades, pois facilita o transporte de trato para os animais e, os moradores mais velhos em sua maioria possuem esse utilitário. (Foto 24)

Foto 23 - comunidade Anta Gorda, Catalão (GO): 2014; implementos agrícolas.



Fonte: Pesquisa de campo – 2014. Autora: Matias, C. A. C.

Foto 24 - comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2013; carroça.

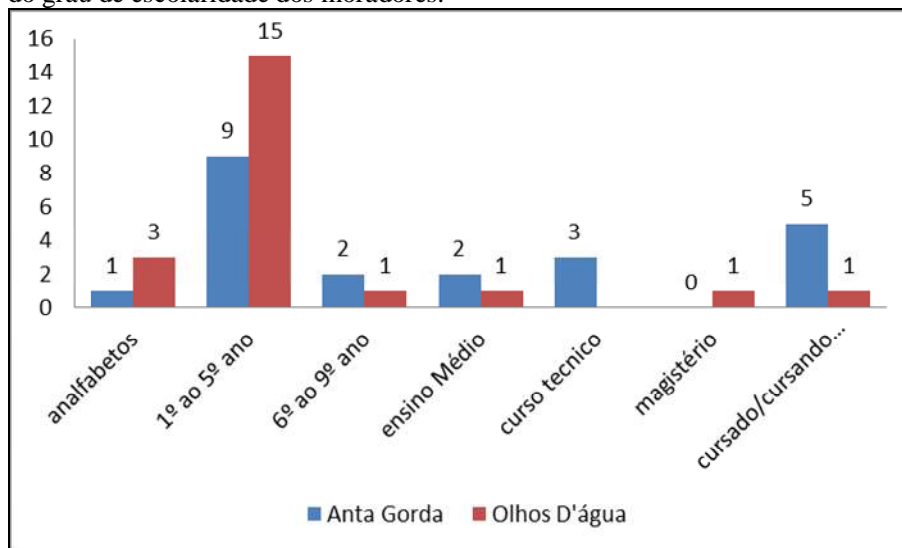


Fonte: Pesquisa de campo – 2013. Autora: Matias, C. A. C.

Referente às condições sociais dos produtores das comunidades em estudo, verifica-se que a instrução da maioria (68,15%) dos produtores corresponde a 1ª fase do Ensino Fundamental (antigo Primário), fato explicado pela precariedade das condições das escolas existentes nas áreas rurais naquele período, onde as escolas eram multisseriadas (primeiro ao quarto ano). Mendes (2005) mostra que o grau de escolaridade da população acima de 60 anos das comunidades estudadas é considerado baixo devido às dificuldades que se tinha para esses produtores estudarem, não havia escolas da rede pública de ensino no campo.

Assim, o proprietário que possuía melhor condição financeira contratava professor da cidade para morar, temporariamente, na residência do mesmo até que os filhos, parentes mais próximos e vizinhos fossem alfabetizados. Eles aprendiam a ler, e escrever e a fazer as quatro operações básicas da matemática: somar, subtrair, dividir e multiplicar. Posteriormente, por volta da década de 1930, surgiram as escolas primárias multisseriadas, da alfabetização à quarta série. A partir desse período tem-se um grande número de moradores que estudaram até a primeira fase do ensino fundamental. A escola era como um elo para as famílias nas comunidades rurais, porque os pais tinham consciência da importância do estudo para os filhos (MENDES, 2005). Assim onde havia uma escola, sempre se tinha um número elevado de famílias próximas, para que os filhos pudessem estudar até a quarta série, já que a continuidade dos estudos só era possível na cidade, os pais não tinham condições de mantê-los ou às vezes não permitia que os filhos continuassem com os estudos. O gráfico 8 demonstra o grau de escolaridade dos moradores das duas comunidades abordadas. O elevado número de pessoas com ensino superior se justifica pelo fato desses possuírem menos de 32 anos, são filhos dos produtores rurais, que saíram do meio rural e foram estudar em Catalão (GO), Ipameri (GO). Os proprietários com idade acima de 35 anos estudaram em escolas multisseriadas, o que justifica o número elevado de primeira a quarta série do ensino fundamental (gráfico 8).

Gráfico 8 – comunidades Anta Gorda e Olhos D’água, Catalão (GO): 2013/2014; relação do grau de escolaridade dos moradores.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013/2014. Org: Matias, C. A. C.

Se os filhos quisessem dar continuidade aos estudos teriam que se mudar para Catalão (GO), situação muito difícil para época. Atualmente, os filhos dos proprietários

prosseguem nos estudos, concluindo o ensino Médio, fazem cursos Técnicos, e ensino Superior, onde esses ficam durante a semana na cidade de Catalão e regressam aos finais de semana para casa, na zona rural.

Quanto à saúde, ambas as comunidades tem uma Agente Comunitária de Saúde, responsável pela área das duas comunidades, ela percorre as propriedades em uma motocicleta, afere pressão, transmite orientações quanto a cuidados básicos e prevenções. Observa-se, o maior índice (72,3%) de agricultores recorrem ao médico, apenas, em caso de necessidade. Pois em sua maioria os entrevistados afirmaram utilizar medicação caseira, isso ocorre pela distância dos hospitais, sendo que os mais próximos localizam-se na cidade de Catalão (GO), e unidade básica de saúde encontrada somente no distrito de Santo Antônio do Rio Verde.

Nas comunidades, o trabalho predominante nas propriedades é o trabalho familiar, na qual cada membro da família cumpre com seus deveres. Apenas alguns produtores com maior extensão de terras utilizam outro tipo de relações de trabalho. Nas comunidades Anta Gorda tem apenas 2 proprietários entrevistados que têm trabalhadores assalariados permanentes que auxiliam a família na propriedade. Em Olhos D'água, os proprietários quando necessitam contratam serviço temporários. Os estabelecimentos que recorrem a trabalhadores extra familiares (e temporários) não deixam de serem propriedades baseadas no trabalho familiar. Blum (2001), com o objetivo de mostrar formas diferentes de classificação de propriedade rural enfatiza os principais problemas enfrentados pela agricultura familiar. O autor afirma que agricultor familiar é aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda,

[...] (+80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento. (BLUM, 2001, p. 62).

Nesse sentido, pode-se dizer que a maioria dos produtores das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água enfrentam os desafios com relação às condições e instrumentos que possuem e apreenderam a usar ao longo de suas vidas. Sobre o assunto, Wanderley (2001, p. 35, grifos da autora) afirma que “[...] os agricultores familiares modernos *enfrentam* os novos desafios com as *armas* que possuem e que aprenderam a usar a partir de sua experiência.”

Diante do exposto, a luta dos produtores das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água não se firma somente na busca de melhores rendimentos, mas na reprodução do

patrimônio sociocultural, e indenitário desses produtores. Em seu cotidiano os desafios, estão sempre presentes. Sua luta diária se faz a partir de uma série de estratégias, para garantir meios de sua reprodução futura.

5.3 A dimensão sociocultural: religiosidade, laços afetivos e culturais

Nas duas comunidades era comum a prática do mutirão. Os moradores organizavam o mutirão uma vez por ano, reunia os vizinhos e amigos, os serviços realizados eram roçar o pasto, plantio, colheita, limpeza de regos d'água dentre outros. Reunia cerca de vinte a cinquenta pessoas para limpar roça, bater pasto, e quando os companheiros organizavam mutirão, eles também participavam. Candido (1998, p. 69) afirma que “[...] o mutirão não é propriamente um socorro, um ato de salvação ou um movimento piedoso; é antes um gesto de amizade, um motivo para folgança, uma forma sedutora de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola.” Era comum nessas comunidades ocorrer à demão (o vizinho auxilia em algum serviço na lida da zona rural), os moradores também trocavam o dia quando o vizinho tinha que ir a Catalão (GO), o vizinho apartava as vacas. Porém, atualmente não ocorrem essas práticas nas comunidades, pois segundo os moradores não compensa realizá-lo.

Mendes (2005) expõe que na comunidade Coqueiro os proprietários produtores realizavam o mutirão ou a demão aos sábados, tanto para plantio, capina ou colheita, como para limpeza dos. Essa era uma prática que contava com o auxílio de várias pessoas da vizinhança, a maioria parentes. As mulheres cuidavam das refeições servidas no decorrer do dia e, sempre ao final do mutirão, o fazendeiro oferecia uma festa com direito a canto, dança, sanfona, violão e pandeiro. Tinha-se, também, a prática do mutirão das mulheres fiandeiras.

As mulheres fiandeiras e tecedeiras se reuniam para fiar, ou seja, fazer os fios do algodão e depois se reuniam, novamente, para tecer o tecido de algodão. Essa prática de mutirão das fiandeiras foi relatada em depoimentos da comunidade Olhos D'água, enquanto fiavam ou teciam sempre eram embaladas por cantigas tradicionais, deixando às sempre alegres, animadas. Ocorriam, também, as práticas de traição, quando um vizinho percebia que alguém estava precisando de alguma ajuda, convocava os outros moradores da comunidade, eles se juntavam para realizar o serviço necessário, como roçar o pasto, limpeza de córregos, capinar roças, fazer o plantio.

Na prática de traição os moradores que recebiam a ajuda eram surpreendidos de madrugada com muita festa e foguetes. A esposa do proprietário era avisada previamente para poder preparar as comidas a serem servidas. Segundo os moradores essa prática reunia em média 15 a 60 pessoas. Em ambas as comunidades não ocorrem essa prática. Para Candido (1998, p. 69), “[...] traição é uma terminologia regional utilizada para significar o caráter de surpresa da demão/mutirão.” Muitos moradores entrevistados nas comunidades, para estes produtores rurais, não é mais compensatória a realização de mutirão e traição.

Martins Silva (2008) menciona que os mutirões na comunidade Cruzeiro dos Martírios reuniam cerca de 20 a 30 pessoas da região para realizar alguns serviços, como bater palha. Aconteciam também, as práticas da “traição” na comunidade, bem como na comunidade Coqueiro. Ocorria, também, a prática do mutirão das mulheres fiandeiras, conforme constatado por Mendes (2005). Atualmente as práticas de mutirão e traição também foram extinta na comunidade Cruzeiro dos Martírios. Venâncio (2008), também, constatou as práticas de mutirão e traição na comunidade São Domingos. As práticas de mutirão eram constantes, reunindo um grande número de pessoas, jovens, crianças, adultos e idosos, mais de cem pessoas. Por raras vezes o mutirão ocorre nessa comunidade, reunindo poucas pessoas (uma média de dez a quinze) com idade acima de 30 anos.

Outra questão relevante no estudo das comunidades rurais de Catalão (GO) refere-se às relações de parentesco, amizade e vizinhança, pois quanto mais forte e viva é essa relação, mais intensos são os sentimentos de proximidade na atividade comunitária dessas famílias. Os vizinhos possuem um caráter de vida em comum e se distinguem dos parentes pelo fato de terem a solidariedade em contrapartida com a obrigação. Os principais gestos de solidariedade são: a autoajuda, a prestação de serviços, a troca de dias de serviço, a troca de bens/mercadorias, o empréstimo de produtos, entre outros.

Mendes (2005) ressalta que as famílias, quando estabelecem uma organização de vizinhança, criam um sentimento de localidade e identificação. Pode-se perceber neste estudo que o compadrio é comum nas comunidades rurais do município de Catalão (GO), sendo que os padrinhos de batismo dos filhos geralmente são os amigos, parentes e os vizinhos. Essas cerimônias são realizadas nas tradicionais rezas em homenagem aos Santos. Nessas rezas de uma fogueira, como a de São João, realizada geralmente no dia vinte e quatro de junho. “Festa da Fogueira de São João.” Para Mendes (2005), essa festa representa para os produtores do município de Catalão uma tradição e eles se sentem na obrigação de mantê-la.

Na comunidade Olhos D’água uma das famílias entrevistadas, a mais de dezoito anos ocorre a reza do terço em homenagem a São João Batista que é realizada no dia 24 de junho.

Os festeiros convidam os familiares, vizinhos, amigos, reunindo em média 100 a 120 pessoas na propriedade. Primeiro é rezado o terço, em seguida acende-se a fogueira, levanta-se a bandeira, com saudações “viva São João batista,” foguetes. Após rezar o terço são servidos os doces quitandas típicas (biscoito de polvilho, pão de queijo, canjica, caldo de frango, roscas, pães). As famílias aproveitam para colocar “a conversa em dia.” Muitas vezes os convidados fazem o batismo na fogueira de São João. Para realizar o batizado é preciso um casal de padrinhos e uma pessoa para representante de São João Batista, que representa a criança, é o momento mais importante do rito.

O casal que será padrinho e o representante devem se ajoelhar em frente à fogueira com um prato esmaltado de cor branca, cheio de água, coloca-se três carvões retirados da fogueira, três ramos de alecrim ou arruda, o prato é levado por um padrinho, outra segura a criança, o representante seguro à vela acesa. As três pessoas devem rezar em volta da fogueira, três vezes rezando o Credo, o Pai Nosso, Ave Maria. A cada volta completada, os padrinhos param, fazem o sinal da cruz na frente da criança pronunciando o nome do afilhado “eu te batizo com três carvão da fogueira de São João, em nome do Pai do filho e do Espírito Santo.” Ao final das três voltas ocorre a saudação da bênção entre padrinho e afilhado. A vela acesa, a água, o carvão e o alecrim ou arruda deve ser lançada no pé do mastro de São João.

O Sr. Carlindo, ex-morador da comunidade Anta Gorda, relembra com saudade das relações de amizade e vizinhança. Ele revela que o vizinho que tinha na comunidade Anta Gorda, quase não os reencontra, devido à correria e a distância. Por isso, em sua nova propriedade, próxima ao município de Catalão (GO), buscando novos laços de amizade e vizinhança. Esta foi uma das queixas do entrevistado, devido a sua mudança da Comunidade, pois não podia passear com tanta frequência na casa de seus antigos vizinhos e também não receberia a visita deles.

Os vizinhos eram tudo amigo, quando dava vontade ia na casa deles tomava um café trocava um dedo de prosa, eles vinham me visitar[...] Eu num queria vender as minhas terras, mas num teve jeito, apareceu a barragem, os filho saíram primeiro e eu fiquei até a última hora[...] mais agora quase num vejo os vizinho da Anta Gorda. Depois de mais de um ano que eu moro aqui já tô fazendo amizade com os vizinho daqui, também são bons e a solidão não é tanta. (Informação verbal, Filho, C. C, dez. 2010).

Na comunidade Anta Gorda, a religiosidade e a devoção é um fator marcante na formação cultural dos moradores. Além da tradicional reza do dia 20 de janeiro em

homenagem a São Sebastião, padroeiro da comunidade, todo mês os moradores rezavam o terço. O Sr. Carlindo explicou o porquê de São Sebastião ser o Santo padroeiro:

[...] no período das guerras, em que os maridos e os filhos eram tudo sortiado pra ir pra guerra, ninguém sabia se ês ia volta dexano as muiê viúva e as vez sozinhas. Daí uma veia 'Arbina' fez uma promessa a São Sebastião, se a guerra acabasse ela doava um pedaço de chão pro Santo. A guerra parou daí pra frente começou essa devoção e ficou na comunidade até a barragem chegar. (Informação verbal, Filho, C. C, dez. 2010).

Essa devoção reúne os moradores entrevistados que são católicos praticantes. Os moradores rezam o terço cantado, que possui o Credo, Pai Nosso, Ave Maria, Gloria, Salve Rainha (foto 25- a). Durante o terço, os participantes saem em procissão com a Cruz e o Andor de São Sebastião, com os juízes na frente da procissão (Foto 25- b). Os juízes, dois casais responsáveis pela organização do terço, por levar os doces e quitandas de diversas variedades.

Foto 25-a) comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2010; moradores da Anta Gorda e Olhos D'água rezando o terço cantado.



Fonte: Pesquisa de campo – 2010. Autora: Matias, C. A. C.

Foto 25-b) comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2010; moradores da Anta Gorda e Olhos D'água saindo em procissão.



Fonte: Pesquisa de campo – 2010. Autora: Matias, C. A. C.

Ao final da reza são escolhidos os próximos juízes, os quais recebem um ramalhete de flores, simbolizando a passagem da reza (Foto 26-a). No princípio em que se iniciou a organização da reza, só se servia doces (de leite, mamão picado espelhado e ralado, laranja com casca, figo, ameixa que é um doce feito com queijo ovos e enrolado em formato de bolinhas) e café. Com o tempo diminuiu a variedades de doces, servindo também, outras quitandas, como pão de queijo, bolos, rosca, pães, dentre outros (Foto 26-b).

Foto 26-a) comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2010; morador da Anta Gorda passando a reza (ramo) para Olhos D'água.



Fonte: Pesquisa de campo – 2010. Autora: Matias, C. A. C.

Foto 26-b) comunidade Olhos D'água, Catalão (GO): 2010; moradores da Anta Gorda e Olhos D'água degustando as quitandas.



Fonte: Pesquisa de campo – 2010. Autora: Matias, C. A. C.

Pelo fato da Comunidade não ter mais o controle do Centro Comunitário, (pois um dos herdeiros se apossou do Centro Comunitário) e os moradores decidiram não brigar na justiça para reaver o terreno. Assim, a solução encontrada pelos moradores foi transferir a reza para comunidade de Olhos D'água, ligada à comunidade Anta Gorda com fortes laços de parentesco e amizade entre os moradores. No ano de 2010, essa reza foi realizada na comunidade de Olhos D'água, com a promessa dos moradores de ambas as comunidades em continuar esta tradição.

Além do terço, os moradores realizavam a festa em homenagem a São Sebastião. O lucro da festa era dividido entre os casais (dois) responsáveis, mas nos últimos anos a festa deixou de ser organizada pelos casais, sendo realizada pelo conselho da comunidade. Esse conselho formado por cerca de oito membros da comunidade. A festa tinha o envolvimento de, praticamente, todos os moradores nos preparativos que antecedem a sua realização, como construção e enfeite da torda (estrutura de madeira coberta por lona), construção da fogueira, enfeite do mastro (vara de madeira que sustenta a Bandeira do Santo), preparação de salgados, leitões e frangos assados, além das doações de prendas para serem leiloadas.

Os moradores da comunidade Anta Gorda se reuniam, em média quinze dias anteriores à data da festa, para realizar os preparativos. A festa não tinha uma data fixa e variava entre os meses de maio a junho. Segundo os moradores era difícil encontrar sempre a mesma data disponível na Paróquia. Os lucros da festa eram revertidos à comunidade e a Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus, município de Catalão (GO).

Brandão (2008) ao abordar sobre o trabalho como festa, ressalta que mesmo quando a festa dá trabalho para prepará-la, é o oposto do trabalho.

Nela mulheres e homens reúnem-se em algum lugar sagrado ou profano para, juntos, entre gestos, palavras, e objetos carregados com leveza e a força dos símbolos, a fé, a alegria, o conagraçamento, a homenagem, a data festiva de uma pessoa, de uma família, de uma parentela, de um clã, de uma tribo, de uma aldeia, de uma comunidade, de uma nação. (BRANDÃO. 2008. p. 99).

A tradição da realização de festas em homenagem aos Santos é um fator marcante nas comunidades abordadas. As festas passaram por mudanças quanto a sua organização, mas ainda fazem parte da vivência das famílias destas comunidades. Mendes (2005), em estudo sobre as comunidades rurais (Coqueiro, Mata Preta, Ribeirão e Morro Agudo/Cisterna) do município de Catalão (GO), revela que as primeiras festas eram realizadas nas casas dos moradores. A festa tinha duração de nove dias com reza do terço e novena e em sequência, com a realização de leilões e jogos. No último dia da festa, levantavam-se as Bandeiras dos Santos. A festa reunia de cinquenta a cento e cinquenta pessoas da região. As famílias dessas comunidades organizavam suas festas durante o ano, uma em homenagem à São Sebastião e à São José e a outra, em homenagem à Santo Antônio e ao Divino Espírito Santo.

Venâncio (2008)⁹, em seu estudo sobre a importância política, econômica e cultural da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos no município de Catalão (GO), a partir da leitura do território, revela que também ocorrem as tradicionais festas religiosas, sendo que as duas primeiras festas da comunidade eram em louvor à Nossa Senhora da Abadia (extinta desde a década de 1960, em razão da falta de interesse das famílias em dar continuidade) e em louvor a São Sebastião, realizada a mais de 130 anos, a qual permanece até os dias de hoje, sendo realizada uma vez por ano.

A comunidade também possui São Sebastião como Santo Padroeiro. A devoção ao Santo é justificada pela sua representatividade na luta contra a peste, a fome e a guerra. Assim, todos os criadores de gado e produtores de alimentos entregam sua produção à proteção de São Sebastião. A Festa de São Sebastião sofreu algumas mudanças e, na atualidade, recebe um grande número de participantes, cerca de 400 a 500 pessoas. Porém, as pessoas que participam das atividades religiosas são as mais idosas, as demais chegam após o término da parte religiosa (Venâncio, 2008).

⁹ VENÂNCIO, M. **TERRITÓRIO DE ESPERANÇA**: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

Para Martins Silva¹⁰, (2008), na comunidade Cruzeiro dos Martírios as festas vêm ocorrendo com menos expressão. Segundo a autora, um dos fatores responsáveis por essa diminuição se deve à expansão de Igrejas Evangélicas de várias denominações (Igreja Pentecostal Deus é Amor, Igreja Metodista e Igreja Assembléia de Deus) na comunidade, a partir da década de 1990. A festa dos produtores rurais teve início no ano de 2007 e vem acontecendo na comunidade no mês de junho. Essa festa não possui a parte religiosa, tendo como característica as cavalgadas. O principal objetivo destas é a arrecadação de dinheiro. Nessa comunidade tem-se, também, a festa de Santos Reis ('folia de Santos Reis'), que ocorre no mês de abril após o término da Quaresma e durante os dias de festa os foliões percorrem as casas de moradores católicos devotos a Santos Reis.

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios se realiza as tradicionais rezas dos martírios, de terços em intenção à São Sebastião realizados no primeiro domingo de cada mês. Até a década de 1990 havia a participação de quase todas as pessoas da comunidade e algumas de outras regiões. Hoje, esses terços reúnem poucas pessoas, pois, grandes partes das famílias se tornaram evangélicas e muitos rezadores morreram, por isso, atualmente, os terços são realizados por mulheres que buscam preservar essa tradição. Na comunidade Anta Gorda a última festa religiosa, ocorreu em 2008, com a participação dos moradores da comunidade Anta Gorda e de membros da comunidade Olhos D'água.

Mendes (2005) diz que, recentemente, as festas na comunidade Coqueiro foram unificadas, com homenagem estendida aos quatro Santos, contando com o esforço de muitas famílias da comunidade para manter a tradição e ajudar na organização da festa e incentivar os jovens a participarem. Essa festa favorece o encontro da vizinhança dispersa da comunidade, de várias famílias de outras comunidades rurais e, também, de famílias da cidade. A festa era realizada nos meses de maio a junho no pátio da Igreja dos Coqueiros. As famílias organizavam as missas, a procissão, os leilões e também a decoração do ranchão, erguido especialmente para a festa.

A realização dessas festas tem papel importante nas dinâmicas sociais da comunidade, promovem encontros, reforça os laços afetivos entre os moradores, é também, uma forma de rever parentes, compadres e amigos que por algum motivo deixaram de morar na comunidade, mas mantêm os laços de amizade e aproveitam a oportunidade para reencontrar os amigos.

¹⁰ Martins Silva, J. **AGRICULTURA FAMILIAR EM GOIÁS**: a comunidade Cruzeiro dos Martírios no município de Catalão. 2008. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso do termo agricultura familiar obteve ênfase no Brasil a partir da década de 1990, com destaque para os movimentos sociais que aborda o papel desse segmento na integração comercial e econômico do país, o desenvolvimento de trabalhos científicos, além das políticas públicas a qual configurou a legitimidade do termo, com destaque para criação do PRONAF. Até então as discussões relacionadas a essa categoria caracterizavam-se como: minifundiários, pequena produção entre outros.

Autores como Abramovay (1992), Lamarche (1993), FAO/INCRA (1996), Caume (1997), Tedesco (1999, 2001), Wanderley (2001), Blum (2001), Schneider (2003, 2008) contribuíram para conceituação desse segmento em suas obras. A agricultura familiar tem interdependência entre terra, trabalho e família. Além de aspectos com relação aos seus costumes, tradições e hábitos, principalmente pela religiosidade, constituindo o patrimônio sociocultural, transmitido de geração a geração. Outro fator relevante é a produção que é destinada, principalmente, para o consumo familiar, o excedente sendo comercializado. Vale destacar a importância das relações de parentesco, reciprocidade e solidariedade que são estabelecidas nas comunidades e territórios.

Estes fatores são destacados nas comunidades Anta Gorda e Olhos D'água, ao retratar a importâncias das festas religiosas, reza do terço, devoção aos Santos (São Sebastião da comunidade Anta Gorda e Nossa Senhora da Abadia em Olhos D'água), reza de São João. A íntima relação com a terra, o trabalho e a família, como a diversificação da produção, a transmissão de saberes passados de geração em geração. Com o processo de modernização da agricultura o qual atingiu praticamente todo o país, os agricultores familiares buscam na dualidade de se adaptar a sociedade moderna e ao mesmo tempo recorrendo às tradições e aos costumes e se manter em suas propriedades.

A importância do enfoque sob o território se deve ao fato que este, estabelece as relações políticas, econômicas e culturais dos agricultores, num processo de interação e complementação. O território dos agricultores familiares é analisado numa perspectiva integradora, considera tanto os aspectos concretos quanto os subjetivos. Assim, a identidade dos agricultores familiares é constituída a partir das relações com o território, a partir das bases materiais e imateriais.

Em ambas as comunidades todos os moradores entrevistados são católicos (100%), estes, praticam sua fé rezando o terço, participando de celebrações e missas uma vez por mês. A religiosidade é um fator importante na formação da identidade dos agricultores familiares, através de aspectos materiais objetivos e imateriais subjetivos. Ainda que diante das transformações ocorridas na sociedade, os moradores dessas comunidades mantêm, preservam e adaptam os aspectos culturais. A identidade desses agricultores é construída num processo dinâmico e interativo em relação sociedade como um todo.

Vale ressaltar a importância das festas para essas comunidades, os moradores relataram na pesquisa que a festa é o momento deles se reunirem colocar a “proza” em dia, estreitar os laços de amizade e parentesco. A festa em louvor a São Sebastião da comunidade Anta Gorda teve sua última realização em 2008. Os moradores transferiram o terço em louvor ao santo padroeiro para os Olhos D’água mantendo a parte religiosa com realização do terço cantado, procissão com o andor, fogueira, levantam o mastro com a bandeira do santo, porém a parte social acabou. Essa foi uma forma encontrada pelos moradores de manter o forte vínculo contido nos laços de amizade e parentesco de ambas as comunidades. Mesmo passando por rápidas transformações esses produtores se firmam em seus valores, sua forte ligação com a terra e o trabalho familiar, confirmando a teoria de que a identidade territorial não é estática, mas passa por transformações.

A festa da comunidade Olhos D’água em louvor a padroeira Nossa Senhora da Abadia, também passou por transformações. Após a morte de um dos membros mais antigos da comunidade, permaneceu apenas a parte religiosa mantendo o terço cantado, a procissão com o andor, fogueira e levantando o mastro. Porém não ocorrer à parte social com leilões e danças. A festa com a parte social era de nove dias, com os membros das comunidades se reunindo cerca de quinze a vinte dias antes para organizar os preparativos para o bom êxito da festa. Com o tempo os dias de festa foram reduzidos para quatro dias. O número de participantes moradores das comunidades quase não diminuiu, mas o de famílias que vinham de Catalão, distritos de Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde, diminuiu consideravelmente.

A agricultura familiar utiliza diversas estratégias para se sustentar frente às transformações, dentre elas destaca-se a diversificação produtiva ratificada pelas pesquisas de Abramovay (1992), Lamarche (1993), Caume (1997), Mendes (2005), Wanderley (2001) entre outros. Nas comunidades pesquisadas essa diversificação produtiva é predominante, como a produção de bovinos, suínos, galináceos e hortifrutigranjeiros, sendo que o excedente é comercializado. Destaca-se a produção de leite e queijo para a comercialização. Essa tática

produtiva auxilia para melhoria dos rendimentos (produção para consumo familiar e produtivo) e as oscilações de mercado (mercado incerto para seus produtos e preços baixos), mas os moradores de ambas as comunidades não enfrentam problemas quanto a comercialização.

Autores como Tedesco (2001), Abramovay (2001) e Mendes (2005) salientam a importância das atividades extra na propriedade e não agrícolas para a sobrevivência das unidades familiares de produção. As principais fontes de renda não agrícolas nas comunidades abordadas são provenientes de aposentadoria e pensão (viuvez) e esporadicamente trabalho temporário. A renda provinda de aposentadoria e a pensão por viuvez, é importante para que os trabalhadores rurais se mantenham em suas propriedades, mesmo com a fragilidade da saúde e cuidados especiais esses moradores não se imaginam longe da terra, a lida diária do trabalho, pois querem deixar um legado aos filhos, por mais que esses não residam na área rural, por questões de oportunidade.

Quanto ao tamanho das propriedades, a média das propriedades da Anta Gorda é de 64ha pelo fato de uma propriedade possuir 240ha, justificando o elevado número. Em Olhos D'água a média do tamanho das propriedades é de 22ha. A renda mensal das famílias nas comunidades é em média entre 3 a 5 salários mínimos. Mesmo com a média de salários satisfatória, os gastos nas comunidades rurais é alto, assim no balanço final os lucros são baixos, mas os produtores estão de certa forma satisfeitos por não estar endividados, pois há um receio por parte desses moradores de contrair dívidas, pelo fato de a única garantia para o saudá-las é colocar a propriedade como garantia, o que seria uma catástrofe.

Outro fator que merece destaque em ambas as comunidades é o envelhecimento desses proprietários e a baixa taxa de fecundidade, com uma média de dois filhos por família, e estes migrarem para a cidade para dar continuidade aos estudos seja por cursos técnicos, faculdade, trabalho, busca por independência financeira, lazer. A urbanização e a industrialização devem ser consideradas para esse contexto, pois pode comprometer da sucessão hereditária.

Apesar das dificuldades existentes no meio rural, é perceptível na fala dessas famílias é o forte vínculo com a terra, trabalho, mesmo diante da reestruturação familiar (taxa de fecundidade e envelhecimento da população, não só no sudeste goiano, mas é uma tendência geral das áreas rurais do Brasil) os proprietários se firmam na identidade territorial, que ao manter uma relação ativa incluindo valores socioculturais e econômicos. Pois apesar de os filhos migrarem para zona urbana retorna aos finais de semana ou quinzenalmente, auxiliando nos afazeres do cotidiano na fazenda, sendo esse um exemplo de reestruturação familiar.

Nesse sentido, cada vez mais tem se a necessidade de buscar revitalizar estas comunidades rurais. Os produtores têm na agricultura e em seu trabalho cotidiano não apenas um modo de produzir, mas, também, um modo de viver, propiciando, uma forte necessidade de identidade cultural e de pertencimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 p. (Estudos Rurais, 12).
- ALDOUS, J. O intercâmbio entre Durkheim e Tönnies quanto à natureza das relações sociais. In: MIRANDA, O. de. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995. 360 p.
- ALMEIDA, M. G. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEG**, Curitiba, ano 1, n. 1, p. 103-114, maio 2005.
- ALMEIDA, M. G. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. p. 47-70.
- ANDRADE, R. B. de. Práticas sócio-culturais e religiosas: elementos constituintes do lugar. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. p. 166-203.
- BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.
- BRANDÃO, C. R. **O Saber, o cantar e o viver do povo**. São José dos Campos: Centro de estudos da Cultura popular. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 2009. 144p. (Cadernos de folclore; v.19).
- BRANDÃO, C. R. **“No rancho fundo”**: espaços e tempos no mural. Uberlândia: EDUF, 2009. 244p.
- CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997. 71 p. (Quiron).
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2).
- CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999a. p. 59-98.
- CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. **Reterritorialização e identidade territorial: os camponeses construindo novas territorialidades na fronteira Brasil/Uruguai**. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/artigos/egal2009.pdf>. Acesso em: 03 de jan. 2014.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999b.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia cultural: passado e futuro – uma introdução. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 49-58.
- CLAVAL, P. Uma, ou algumas, abordagem(ns) cultural(is) na geografia humana. SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: Edufba, 2008. p. 13-29.

- DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade para repensar a Geografia. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 7-13.
- EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- FAO/IN CRA - Food and Agriculture Organization/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Final de Projeto de Cooperação Técnica**. Brasília: INCRA, 1994.
- FERREIRA, I. M. **O afogar das Veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do Chapadão de Catalão (GO)**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.
- GRAZIANO da SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1998. 211 p.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.
- GOMES, Paulo César da Costa. Cultura ou civilização: a renovação de um importante debate. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 99-122.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto; 2002. 186 p.
- HAESBART, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2.ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2006. p. 43-70.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). ARAUJO, F. G. B; HAESBAERT, R. (Org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. 136 p.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190. (Série Geografia Cultural).
- HESPAHOL, R. A. de M. A inserção econômica e social da produção familiar na região de Presidente Prudente – SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 23, p. 23 229-245, dez. 2001.
- LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1. (Coleção Repertórios).
- LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2005. 108 p. (Série Trilhas).
- MACIVER, R. M.; PAGE, C. H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade: leituras conceituais sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Nacional, 1973. p. 117-131. (Biblioteca Universitária. Série 2. Ciências sociais , v. 34).

- MATIAS, C. A. C. **A produção familiar nas áreas de cerrado: a comunidade Anta Gorda no município de Catalão (GO).** 2010. 65 f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Geografia)-Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2010.
- MATOS, P. F. **O meio técnico-científico-informacional e a (re)organização do espaço agrário em Catalão(GO) – 1980 a 2004.** 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia, 2005.
- MARTINS SILVA, J. **Agricultura familiar e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO).** 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Catalão, 2011.
- MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão.** 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.
- MENDES, E. de P. P. Identidades sociais e suas representações territoriais: as comunidades rurais no Município de Catalão (GO). In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares.** Goiânia: Vieira, 2008. p. 137-165.
- MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 2004. 457 f. Tese (Doutorado em geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- MESQUITA, L. A. P. **O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás.** 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Catalão, 2013.
- FERREIRA, A. P. da S. de O. Geografia, hidrelétricas e trabalho: o AHE Serra do Facão no vale do rio São Marcos. **XI EREGEO. Simpósio regional de geografia: a geografia no Centro Oeste brasileiro: passado, presente e futuro.** UFG - Campus Jataí. p. 499-508. Setembro, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana.** Niterói, 2006. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cecen/04porto.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2012.
- RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-37.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- RAFFESTIN, C. Síntese para expansão da abordagem territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 75-92.
- SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SAQUET, A. M. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. 200 p.

- SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 368 p.
- SANTOS, M. Espaço e capital: o meio técnico-científico. In: _____ **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. p. 37-49.
- SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-73.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 254 p.
- SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 295 p.
- TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- TEDESCO, J. C. Contratualização e racionalidade familiar (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 107-145.
- TYLOR, Edward Burnett. A ciência da cultura. In: CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural**/ textos de Morgan, Tylor e Frazer. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 67-99.
- VENÂNCIO, M. **Território de esperança**: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campensinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.
- WIRTH, L. Delineamento e problemas da comunidade. In: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade**: leituras conceituais sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional, 1973. p. 82-95. (Biblioteca Universitária. Série 2. Ciências sociais , v. 34).
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução. SILVA, T. T. da.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-72.
- WOORTHMANN, E. F.; WOORTHMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e simbologia da lavoura camponesa. Brasília: EDUnB, 1997. 192 p.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS (NEPSA/CNPq)
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida, você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62) 3521-1075 ou (62) 3521-1076.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do Projeto: A PRODUÇÃO FAMILIAR NO CERRADO GOIANO: as comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de Catalão (GO)

Pesquisadora responsável: Prof^ª. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (64) 3441-5305

Pesquisadores participantes: Prof. Idelvone Mendes Ferreira (vice-coordenador), Prof. João Donizete Lima; Juniele Martins Silva; Bruno Pontes Caixeta; Livia Aparecida Pires de Mesquita; Amanda Pires de Mesquita; Cristina Agla Cardoso Matias; Laila Maria de Sousa Naves; Paula de Campos Moraes; Mônica Simões Aguiar; Vanderléia Dartora.

Telefone para Contato: (64) 3441-5305

Descrição da pesquisa

• Justificativa

A opção de estudar as comunidades rurais Anta Gorda e Olhos D'água se deu por estas apresentarem mão de obra predominantemente familiar, e pelo fato dos moradores de ambas apresentarem uma relação de amizade e parentesco entre si, rompendo com os limites territoriais que separam as mesmas, tornando-se praticamente uma só.

Objetivos

a) Realizar uma discussão sobre agricultura familiar no âmbito dos processos econômicos e sociais em curso;

- b) Analisar as principais características socioeconômicas dos produtores familiares nas comunidades pesquisadas e sua contribuição para permanência destes no meio rural;
- c) Identificar as manifestações culturais, tradições e crenças a riqueza sociocultural (seu modo de vida) dos produtores familiares estabelecendo a identidade cultural dos moradores das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água.

b) Desconfortos ou riscos possíveis pela pesquisa

Os procedimentos adotados não envolvem riscos físicos aos produtores rurais envolvidos. As informações produzidas não contemplarão discussões e/ou ações que possam denegrir a imagem dos atores envolvidos.

c) Período de participação e término do processo de entrevista

Serão realizadas entrevistas a campo, nos meses de Setembro e outubro, no ano de 2013

d) Garantia de sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo

A Equipe de pesquisadores se compromete em proteger a identidade dos entrevistados utilizando pseudônimos (nomes inventados), garantindo, também, aos entrevistados o direito de a qualquer momento desistir de colaborar com o projeto, sem que isso lhes acarrete qualquer ônus ou prejuízo.

Nome e assinatura do pesquisador _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) _____ sobre a pesquisa: **A A**

PRODUÇÃO FAMILIAR NO CERRADO GOIANO: as comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de Catalão (GO), os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Local e data _____

Nome e assinatura do sujeito responsável: _____

ATENÇÃO: para pesquisas envolvendo crianças e adolescentes, portadores de perturbação mental ou doença mental e sujeitos em substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, cujo Termo de Consentimento será assinado por seus representantes legais:

Eu, _____, RG/ CPF _____, abaixo assinado, responsável por _____, autorizo sua participação no estudo **A PRODUÇÃO FAMILIAR NO CERRADO GOIANO**: as comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de Catalão (GO), como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da sua participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção do acompanhamento/ assistência/tratamento prestado ao sujeito pesquisado.

Local e data _____

Nome e assinatura do sujeito responsável: _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS (NEPSA)

Número do cadastro na PRPPG/SAPP: 33512



ANEXO B - Roteiro de entrevista com os produtores das comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de Catalão (GO)

Dissertação: "Estratégias de reprodução social e práticas culturais": as comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de Catalão (GO)

1 IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE E DO PRODUTOR	
1.1 Nome da propriedade	
1.2 Nome do produtor:	Idade:
1.3 Nome da Esposa:	Idade:
1.4 Origem da família:	
1.5 Grau de parentesco	() Sim () Não
1.6 Número de irmãos	() Esposa () Esposo
1.7 Número de filhos:	() M/Idade () H/Idade
1.8 Onde moram ?	() com os pais () meio rural () meio urbano
1.9 Profissão dos filhos:	
2.0 Grau de escolaridade/filhos	
2.1 Grau de escolaridade:	Esposa () Esposo ()
2.2 Situação do produtor	() Proprietário () Arrendatário () Parceiro () Ocupante
2.3 De que forma adquiriu a propriedade?	() Herança () Compra () Concessão de uso
2.4 Há quanto tempo está na propriedade?	() Anos
2.5 Existe outra fonte de renda?	() Sim () Não
2.6 Tamanho da propriedade?	
2 CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA	
Famílias Tradicionais.....	
Origem das Primeiras Famílias (descendentes / tradicionais).....	
Como são constituídos os laços de amizade que você possui? /Como é sua relação com seus vizinhos?	
.....	
.....	
Principais eventos culturais/Período	
.....	
.....	
(Há)havia mutirões/demão? Tipo de serviço realizado?.....	
.....	
.....	
Como é sua relação com a terra (identidade territorial)?.....	
.....	
.....	
Festas (era/é importante para reunir as famílias do lugar?).....	
.....	
.....	

3 RENDA AGRÍCOLA				
3.1 Classificação/ grau de vulnerabilidade	() A	() B	() C	() D
3.2 Fonte de renda				
Propriedade	Não	Sim	Não respondeu	
Fonte de renda principal				
Fonte de renda secundária				
Não é fonte de renda				
3.3 Renda não agrícola				
Renda extra propriedade	Sim	Renda mensal		
		Salário mensal R\$	Não respondeu	
Comércio				
Indústria				
Construção Civil				
Serviços gerais/assalariado				
Funcionário público				
Pensões				
Bolsa família				
Outros:				
Especificar:				
3.4 Aposentadoria				
Já possui aposentadoria? () Sim () Não - Qual o motivo?.....				
Está requerendo? () Não () Sim Obs.:				
Houve apoio da Equipe de Assistência Técnica e Social: () Não () Sim Obs.:				
3.5 Renda média mensal familiar em salários mínimos - informada – total (da propriedade + outras atividades)				
() Menos de 1 salário mínimo		() mais de 2 até 3 salários mínimos		() mais de 5 até 10 salários mínimos
() entre 1 e 2 salários mínimos		() mais de 3 até 5 salários mínimos		() mais de 10 salários mínimos
4 COMPOSIÇÃO FAMILIAR				
4.1 Número de pessoas que compõem a unidade familiar:				
Menores de 5 anos: ()		de 11-15 anos: ()		de 27-37: ()
de 5-10 anos: ()		de 16-26: ()		de 38-48: ()
				de 49-60: ()
				acima de 60 ()
4.2 Total Unidades Homem Trabalho Familiar (TUHTF).....				
5 DADOS DA FORÇA DE TRABALHO				
Produtor e trabalhadores com laços de parentesco			Trabalhadores sem laços de parentesco	
Categoria			Categoria	
Homens/ idade		Homens/ idade		

.....				
produtor tem acesso às informações sobre o mercado (demanda, preços, exigências do consumidor)? () Sim () Não				
Como obtém essas informações?				
Existem problemas para a comercialização? () Não () Sim Por quê?				
.....				
9 DADOS SOBRE A ASSISTÊNCIA TÉCNICA				
O estabelecimento recebe orientação de técnico especializado em agropecuária?				
() Não () Sim () Ocasionalmente (esporadicamente) () Regularmente				
Qual a origem da orientação técnica recebida?				
() Cooperativas () Própria ou do próprio produtor () Governo (Federal, Estadual ou Municipal)				
() Empresas integradoras () Empresas privadas de planejamento () Organização não-governamental				
() Equipe ATES/Sefac				
.....				
() Outra (especifique)				
.....				
10 DADOS SOBRE FINANCIAMENTO				
O produtor utiliza para suas atividades: () Recursos próprios () Financiamentos Qual?				
Instituição: Juros (%) ano				
Por que?				
11 FINANCIAMENTOS E/OU EMPRÉSTIMOS				
Obteve financiamento e/ou empréstimo: () Sim () Não Por qual motivo:				
() Burocracia () Não precisou () Falta de pagamento do empréstimo anterior				
() Medo de contrair dívidas () Falta de garantia pessoal () Não sabe como conseguir				
() Outro motivo				
Finalidade do financiamento e/ou empréstimo:				
() Investimento () Comercialização () Custeio () Manutenção do abastecimento				
Recursos provenientes (totalmente ou parcialmente) de programas governamentais de créditos? () Não () Sim Qual?				
() PRONAF () Outro programa (Federal, Estadual ou Municipal).....				
12 DADOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES				
É filiado à:				
() Associação () Não () Sim Qual (is)?.....				
() Sindicato () Não () Sim Qual (is)?.....				
() Cooperativa () Não () Sim Qual (is)?.....				
Por quê?				
Qual a importância dessa entidade para a produção?.....				
13 Habilidades que a família possui no manejo de máquinas e equipamentos				
Descrição da habilidade	Chefe	Esposa	Filho	Outro
Operar trator e implementos				
Possui carteira de habilitação				
Operar motosserra				

Aplicar vacina em animais				
Arar ou gradear com tração animal				
Aplicação de defensivos agrícolas				
Aplicação de calcário				
Organização de horta familiar				
Outros				
14 Habilidades que a família possui no manejo da pecuária				
Descrição da habilidade	Chefe	Esposa	Filho	Outro
Gado de corte a campo				
Gado de corte confinado				
Gado leiteiro/misto				
Avicultura comercial				
Ovino e ou caprinocultura				
Piscicultura				
Equinocultura				
Outros				
15 Habilidades que a família possui nos afazeres domésticos				
Descrição da habilidade	Chefe	Esposa	Filho	Outro
Corte e costura				
Faz queijos				
Ordenha				
Outros				
16 BENS DE CONSUMO, COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE				
16.1 Bens de consumo				
() Máquina de lavar roupa/tanquinho	() Freezer	() Computador		
() Televisão com antena comum	() Telefone	() Impressora		
() Televisão com antena parabólica	() Forno elétrico	() Internet		
() antena por satélite/TV a cabo	() Forno a gás	() Ar condicionado		
() DVD	() Forno a lenha	() Outros:		
() Rádio	() Batedeira		
() Geladeira	() Liquidificador		
			
16.2 Meios de comunicação				
() Rádio	() Televisão	() Internet	() Jornais	() Revista especializadas
() Outros:			
27.2.1 Quais são os mais utilizados?.....				
16.3 Meios de transporte				
() Carro próprio	() Motocicleta	() Transporte escolar	() Carro alugado (táxi)	() A pé
() Carro da fazenda	() Linha de ônibus	() Carroça	() Carona	() Outros:
16.4 Manutenção do acesso/vias de circulação ao imóvel:				
() O proprietário	() A prefeitura	() Não realiza	() Não sabe	() Outros:.....